INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O desbravador de caminhos (a diplomacia de Amílcar Cabral aplicada à diplomacia pela humanidade)

Maria Filomena Dias Falé

Mestrado em Ação Humanitária

Orientadora:
Doutora Clara Carvalho, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Sociologia

O desbravador de caminhos (a diplomacia de Amílcar Cabral aplicada à diplomacia pela humanidade)

Maria Filomena Dias Falé

Mestrado em Ação Humanitária

Orientadora:
Doutora Clara Carvalho, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

(...) fazer guerra a uma monstruosa tirania, que não tem precedente no sombrio e lamentável catálogo dos crimes humanos.

(Winston Churchill, 13 de Maio 1940)

Agradecimento

Em primeiro lugar tenho de agradecer a Amílcar Cabral. Poder mergulhar dentro do legado que deixou foi uma aventura intensa e inesperada.

Em segundo lugar, quero agradecer à Professora Clara Carvalho, minha orientadora de dissertação; não existem palavras para expressar a minha gratidão pela generosidade e simplicidade que sempre manifestou, a disponibilidade, as pistas e os caminhos que me indicou, o riso que esteve sempre presente nas nossas conversas: alguma coisa devo ter feito de bom ao longo da vida para merecer uma orientadora assim.

Também não posso deixar de agradecer à Professora Ana Lúcia Martins, vice-coordenadora do mestrado. Foi um pilar de segurança, de presença constante, de conselhos oportunos. Sem o apoio dela não teria conseguido levar o meu barco a bom porto.

À Isabel Aragão, porque foi o meu porto seguro, em termos logísticos e de amizade; sem ela nada teria sido possível. Foi o ombro amigo e a paciência com que me ouviu falar acerca de Cabral e das minhas dúvidas e inseguranças não teve fim. Minha amiga, parceira de aventuras e de projetos, obrigada por existires na minha vida.

Aos amigos que fiz ao longo destes dois anos, no contexto do ISCTE, em particular à Fernanda Russo e à Matilde Bandeira. Minhas queridas, a amizade que nos une é um orgulho. Vocês são tudo o que eu podia pedir à vida: alegres, inteligentes e compassivas. Fazem vir ao de cima o melhor que existe em mim.

À Joni. Por uma vida de amizade. Pela inteligência brilhante que tens, pela simplicidade dos teus conselhos, pela amizade com que me honras.

Ao Comandante Júlio Carvalho e à Sra. D. Ana Maria Cabral, que disponibilizaram o seu tempo para se sentarem comigo em conversa informal e que me permitiram gravar o relato das suas memórias que traduzem um conhecimento profundo acerca de Cabral. Ajudaram-me, e

muito, a ter uma imagem correta e sob vários ângulos sobre a atividade diplomática que ele levou a cabo.

Ao Paulo Brito, o "mágico" designer gráfico que todos gostariam de conhecer e ao "dream team" de informáticos (Adilson, Rélio, Bruno e Samuel) que se interessaram pela dissertação; todos eles me facilitaram a vida de uma forma que jamais poderei agradecer. Nhós é top.

Aos meus gatos. A cumplicidade silenciosa que nos une atingiu níveis de entendimento emocionantes, ao longo da aventura que foi este mestrado. Conhecem o meu desânimo, os inúmeros momentos de desespero, foram uma companhia constante ao longo de noites e noites. Partilharam a minha alegria nas alturas em que percebi que tinha escrito alguma coisa de jeito.

De uma forma geral, a todas as pessoas que, pacientemente, me ouviram falar vezes sem conta acerca de Amílcar Cabral… bem hajam.

Resumo

Quem foi Amílcar Cabral? O que contribuiu para a criação das condições que fizeram dele o líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e do um movimento de luta pela independência de dois países? Quais os fatores exógenos que se conjuraram e que tornaram possível que a figura de Cabral emergisse?

O que tem de diferente a construção teórica que elaborou?

De que forma conseguiu Amílcar Cabral tornar conhecidos dois pequenos países sem riquezas naturais dignas de cobiça?

De onde advinha a legitimidade que Amílcar Cabral tinha? E como enquadrar a liderança que exerceu?

Foi Amílcar Cabral um precursor da diplomacia pela humanidade? O que se pode considerar diplomacia pela humanidade?

O longo deste trabalho vai tentar provar-se que Cabral foi um verdadeiro "desbravador de caminhos" no que à diplomacia pela humanidade diz respeito.

A diplomacia pela humanidade é uma exigência nos tempos conturbados que se vivem neste milénio e os ensinamentos de Cabral merecem ser retirados da espuma da memória para serem (re)avaliados à luz do século XXI.

Este trabalho é mais do que um exercício meramente teórico, é uma interpretação que se pretende contemporânea do legado e da diplomacia de Amílcar Cabral, de forma que a mesma possa ser estudada e – talvez - seguida.

Palavras – chave: Amílcar Cabral, legitimidade, liderança, diplomacia, humanidade

Abstract

Who was Amílcar Cabral? What contributed to the creation of the conditions that made him the leader of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) and of a movement fighting for the independence of two countries? What exogenous factors came together and made it possible for the figure of Cabral to emerge?

What is different about his theoretical construction?

How did Amílcar Cabral manage to make known two small countries without natural wealth worthy of coveting?

Where did Amílcar Cabral derive his legitimacy from? And how can we frame the leadership he exercised?

Was Amílcar Cabral a precursor of diplomacy for humanity? What can be considered diplomacy for humanity?

Throughout this paper we will try to prove that Cabral was a true "pathfinder" in what concerns the diplomacy for humanity.

Diplomacy for humanity is a requirement in the troubled times we are living in this millennium and Cabral's teachings deserve to be taken from the foam of memory to be (re)evaluated in the light of the 21st century.

This paper is more than a theoretical exercise, it is a contemporary interpretation of the legacy and diplomacy of Amílcar Cabral, so that it can be studied and - maybe - followed.

Keywords: Amílcar Cabral, legitimacy, leadership, diplomacy, humanity

Índice

AGRADECIMENTO III

RESUMO V

ABSTRACT VII

ÍNDICE IX

ABREVIATURAS XI

INTRODUÇÃO 12

Objetivos e Metodologia 14

Organização da Dissertação 15

1. REVISÃO DA LITERATURA 17

1.1. Diplomacia e Soft Power 17

1.2. Legitimidade e Poder 23

1.3. Liderança 25

1.4. O que se entende por diplomacia pela humanidade? 28

2. CONTEXTO HISTÓRICO 32

2.1. O alinhar das peças 32

2.2. Qual o papel da diplomacia na afirmação do PAIGC e da luta de libertação na Guiné-Bissau e Cabo Verde? 41

3. O TRABALHO DIPLOMÁTICO DE AMÍLCAR CABRAL 46

3.1. Quem foi Amílcar Cabral 46

3.2. Amílcar Cabral como precursor da Diplomacia pela Humanidade? **52**

3.3. Amílcar Cabral e a Diplomacia pela Humanidade **56**

3.4. Os ensinamentos de Amílcar Cabral **60**

Unidade e luta 60

Independência de pensamento e de ação 61

A luta é a ação de cada dia contra nós mesmos e contra o inimigo 62

O trabalho político é um trabalho fundamental 63

4. CONCLUSÕES: A DIPLOMACIA PELA HUMANIDADE **64**

FONTES E BIBLIOGRAFIA **66**

Fontes **66**

Bibliografia **67**

ANEXOS **71**

ABREVIATURAS

CEI: Casa dos Estudantes Império

CONCP: Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos

DIP: Direito Internacional Público

ONU: Organização das Nações Unidas

OUA: Organização de Unidade Africana

INTRODUÇÃO

A vida de Amílcar Cabral decorreu num tempo diferente daquele que se vive no século XXI, em particular naquilo que diz respeito ao conceito de soberania dos Estados. Em meados do século XX a soberania era um conceito que não era posto em causa e os direitos humanos, expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, davam os seus primeiros passos[1].

Amílcar Cabral, através da diplomacia que exerceu, conseguiu democratizar o âmbito dos direitos fundamentais do homem, pois reclamou que a luta pela independência de dois países africanos, que o direito a uma cultura e que o direito à liberdade, eram direitos humanos. Foi inovador.

Decorreram já 49 anos desde a morte de Cabral e em sede de Direito Internacional, de há uns anos a esta parte, verifica-se uma linha de pensamento que tem vindo a tomar força, no sentido de transformar o Direito Internacional (Público) em Direito Interno da Humanidade, o que teria sido impensável no tempo em que Amílcar Cabral viveu.

A ideia de Direito Internacional, baseado na noção de igualdade de soberania entre os Estados tem vindo, gradualmente, a ser abandonada. Para tal concorreram toda uma série de acontecimentos, entre os quais se contam o fim do colonialismo, o fim da Guerra Fria e, ultimamente, o fenómeno mais transversal que alguma vez ocorreu: a globalização e a democratização do uso da internet e das redes sociais são fenómenos que criam mais "revoluções" do que todas as revoluções anteriormente ocorridas (Pureza, 2002 e Lopes, 2019). A necessidade de território perdeu a sua justificação histórica e a própria noção de território perdeu força, com o fim dos impérios coloniais.

Nas palavras de José Manuel Pureza, "no curto espaço de um século, o meio social a que se destina o Direito Internacional alterou-se profundamente. A complexidade da sociedade internacional contemporânea é extraordinariamente superior à daquela que motivou o nascimento do Direito Internacional Público, simbolizada na Paz de Westfália em 1648. Por

[1] Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, disponível em https://www.ipc.pt/ipc/wp-content/uploads/2020/03/Declarac%CC%A7a%CC%83o-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf

um lado, a sociedade internacional do nosso tempo é (…) uma formação mundial e global (…) por outro lado o Estado – nação deixou inapelavelmente de ser a única unidade de referência do sistema internacional (…)" (Pureza, 2002, p. 24)

O que se verifica atualmente é um diálogo entre os Estados e a comunidade internacional, em que o todo e a parte se encontram cada vez mais interligados. Na noção contemporânea de Direito Internacional, a regras não são bilaterais, nem contratuais, mas sim obrigações que a todos se aplicam (obrigações *erga omnes*)[2] – tudo mudou e as regras de hoje não se confundem com as regras do passado; muitas dessas obrigações *erga omnes* são derivadas de regras de *ius cogens*[3]. A criação de um Direito Interno da Humanidade pode e deve ser equacionada, é um caminho a ser trilhado. Para tal, a diplomacia terá de ser um dos seus instrumentos: o esforço diplomático tem sido um importante instrumento de avanço da humanidade, nomeadamente através de tratados e das múltiplas convenções emanadas da ONU as quais, uma vez ratificadas pelos Estados-Membros, passam a produzir os seus efeitos nos ordenamentos jurídicos internos de cada um dos países. Não obstante os Estados possuírem prerrogativas que só a eles pertencem, o certo é que nos últimos anos uma vaga de "diplomacia real" tem vindo a impor-se e a ditar as agendas internacionais, nomeadamente através do soft power. As vozes em prol da luta pela humanidade estão na ordem do dia e as alterações climáticas ditam cimeiras porque uma multidão de pessoas assim o quer. Na atualidade, tanto a pandemia do Covid 19, como a guerra na Ucrânia estão a colocar a diplomacia pela humanidade cada vez mais na ordem do dia. "The COVID – 19 crisis will undoubtedly lead to a change of paradigm in global affairs (…) Diplomats should adapt their benchmarks for measuring negotiation and co-operation success, taking them away from trade balances and profit maximisation and bringing them to humans' shared fate and planet" (Solana, 2020, p. 678).

Refletir acerca da diplomacia de Cabral é refletir acerca da forma como as pessoas podem tomar o seu destino nas mãos e ousarem alterar paradigmas, é refletir acerca da partilha do destino dos seres humanos e do planeta, conforme preconizado por Solana. Embora em

[2] Obrigações *erga omnes* são obrigações internacionais que vinculam um Estado em relação a todos os outros Estados pela mesma norma, que por sua vez se encontram na mesma situação jurídica (Martins, 2018)

[3] De entre os princípios de Direito Internacional geral ou comum, avultam aqueles a que a doutrina tem chamado princípios de jus cogens (…) são princípios que não estão na disponibilidade da vontade dos sujeitos de Direito Internacional (…) As normas de jus cognes sobrepõem-se a quaisquer outras normas, incluindo as normas constitucionais – o jus cogens deve ser encarado como um limite de revisão constitucional" (Martins, 2018)

condições diferentes, os desafios permanecem iguais e os caminhos que Amílcar Cabral desbravou podem ser vistos como um exemplo a seguir.

Objetivos e Metodologia

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca da diplomacia levada a cabo por Amílcar Cabral, bem como acerca da forma como a mesma pode ser (re)interpretada por ser contemporânea, não importa já ter decorrido meio século. Com esta investigação pretendeu-se responder à seguinte questão: o trabalho diplomático empreendido por Amílcar Cabral, no quadro da luta pela independência, enquadra-se no conceito de Diplomacia pela Humanidade e pode ser analisado à luz do atual Direito Internacional Público?

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa bibliográfica acerca da ação diplomática de Amílcar Cabral e do PAIGC, de forma a encontrar argumentos que possam defender a tese de que Amílcar Cabral foi um precursor da diplomacia pela humanidade e que se pode aplicar à diplomacia pela humanidade no século XXI. Foi feito um percurso no sentido de compreender qual o papel desempenhado por Cabral e pelo PAIGC em termos diplomáticos. A ideia de que a luta nacionalista era uma forma de luta pela humanidade estava presente em todos os discursos de Cabral no âmbito internacional e na forma como essas ações se refletiram no movimento pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Escolheram-se as fontes e os métodos que se consideraram mais adequados para responder à questão fundamental: Amílcar Cabral pode ser considerado um precursor da diplomacia pela humanidade? Foi ele um "desbravador de caminhos"? Houve que fazer opções relativamente às ferramentas que se consideraram adequadas para fazer pesquisa "face aos objetivos da investigação, em função dos resultados esperados, do tipo de análises que se pretendem efectuar" (Albarello, 1997).

Foi efetuada uma pesquisa qualitativa, baseada na recolha de fontes primárias e de fontes secundárias e no recurso à bibliografia existente. As fontes primárias consistiram em: documentos que integram o arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo; audiovisuais, jornais e artigos de imprensa referentes ao período colonial e à luta pela independência do PAIGC, bem como documentos que se encontram na Casa Aberta da Fundação Mário Soares; resoluções emanadas da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU; legislação diversa,

promulgada durante o Estado Novo. Em relação a todos os documentos foi efetuada a crítica da fonte, tanto externa como externa (heurística e hermenêutica) e após a qual considerou-se que todos eles são autênticos e fiáveis, pelo que se aceitaram na íntegra.

Foram ainda efetuadas entrevistas abertas a dois informantes chave, obtidas em dois momentos distintos: ao Comandante Júlio Carvalho, que foi dirigente da luta armada levada a cabo pelo PAIGC, e a Ana Maria Cabral, viúva de Amílcar Cabral. Ambos os entrevistados privaram com Amílcar Cabral, estiveram ligados ao PAIGC e ao movimento de libertação. Dado o seu perfil, optou-se pelo modelo de entrevista aberta. Nas entrevistas foi apenas apresentado o tema como início da entrevista e foi dada liberdade aos entrevistados para falarem ao seu ritmo e apresentarem a sua versão acerca de Amílcar Cabral e do seu trabalho enquanto diplomata e enquanto homem líder também surgiu, no decurso das entrevistas. As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos: a que foi feita ao Comandante Júlio Carvalho foi efetuada na Ilha do Sal, no dia 1de Fevereiro de 2022 e a que foi feita a Ana Maria Cabral foi efetuada na Cidade da Praia, no dia 9 de Fevereiro de 2022; foram criados links com o conteúdo de ambas as entrevistas.

Organização da Dissertação

O presente trabalho foi estruturado da seguinte forma:

-Após a introdução, onde se pretendeu salientar a alteração do paradigma do Direito Internacional Público e de diplomacia, fez-se a exposição da metodologia.

-Em seguida, procedeu-se à revisão da literatura, que foca os aspetos mais relevantes de repassam por todo o trabalho. Primeiramente foi feita a revisão da literatura relativa a diplomacia e soft power, numa perspetiva diacrónica, fazendo uma análise da evolução da diplomacia e do Direito Internacional Público (DIP) ao longo do tempo. Realizou-se de seguida a revisão da literatura referente às questões da legitimidade e exercício do poder. Finalmente, foi feita a revisão da literatura referente ao que se entende por diplomacia pela humanidade, pois ao longo de todo o trabalho este conceito é entendido como a pedra angular da diplomacia de Amílcar Cabral.

-No segundo capítulo procedeu-se à análise do contexto histórico, para uma compreensão dos fatores em que decorreu a ação de Cabral e que conduziram à criação do PAIGC e ao início da luta armada.

-Por a atuação do PAICG, logo de Amílcar Cabral, estar ligada à diplomacia pela humanidade, o foco do capítulo seguinte consiste em saber de que forma a diplomacia levada a

cabo pelo PAIGC e por Amílcar Cabral foi importante na luta pela independência. Para um melhor entendimento fez-se um resumo histórico da conjuntura muito particular, em termos internacionais, pois sem uma compreensão do contexto histórico é difícil compreender as motivações.

- O quarto capítulo é dedicado à diplomacia de Amílcar Cabral. Inicia-se por uma descrição da vida de Cabral, não tanto numa perspetiva biográfica (muito embora também seja feita uma apresentação de dados biográficos) como acerca do homem: que correntes de pensamento o influenciaram, o que o motivou originalidade e a atualidade do seu legado político e teórico. Seguidamente, faz-se uma reflexão acerca de Cabral e de que forma o mesmo pode ser considerado um precursor da diplomacia pela humanidade, após o qual se segue uma reflexão acerca da relação entre Cabral e a diplomacia pela humanidade. Do legado de Amílcar Cabral podem retirar-se alguns ensinamentos plenos que atualidade e alguns deles são objeto de destaque.

-Finalmente, nas conclusões, procuramos responder à questão de partida.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Diplomacia e Soft Power

Ao longo deste capítulo far-se-á uma análise da evolução da diplomacia ao longo dos tempos até à era atual, em que o soft power, usado quer pelos Estados, quer por atores não estatais - entre os quais sobressaem as ONG e movimentos sociais criados por vezes através de redes sociais, mas com uma eficácia real - se encontra em paralelo com o hard power, que é um instrumento usado apenas pelos Estados, no exercício da sua soberania. O percurso da diplomacia está ligado ao Direito Internacional Público, pelo que ambos os conceitos serão analisados no presente capítulo.

O conceito tradicional de diplomacia - baseado na soberania dos Estados e cuja definição "moderno" é uma consequência do Tratado de Westfália, em 1648, que pôs fim à Guerra dos 30 anos - cada vez mais está a ser afastado, em prol de outras abordagens. Nas palavras de Costas, "(…) conventional approaches to diplomacy (i.e., approaches that view diplomacy as merely an intergovernmental affair, as management of interstate relations, or as primarily the pursuit and negotiation of national interests) are not able to account for either the rich history or current complexity of the diplomatic world (…)". (Costas, 2006, p. 352).

A diplomacia[4], não se rege por normas rígidas, porque tem por base o comportamento social, pelo que ao longo dos tempos foi-se transformando e adaptando quer ao tempo histórico quer ao meio social e à ordem política e sistema internacional vigentes. O modelo vestefaliano é um modelo em que a soberania desconhece qualquer poder superior ao poder estatal. Neste sentido "(…) Ao passo que em todas as sociedades, exceto as mais primitivas, a estrutura jurídica é hierárquica e a autoridade é vertical, o sistema internacional, por sua vez, é horizontal,

[4] Ciência das relações internacionais e da representação dos interesses de um estado no estrangeiro; Habilidade para conduzir as relações interpessoais ou para resolver problemas; "diplomacia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/diplomacia [consultado em 22-08-2022].

sendo constituído por mais de 190 Estados independentes, todos teoricamente iguais (na medida em que todos possuem caráter de soberania) eunânimes em não reconhecer nenhuma autoridade superior à sua própria". (Shaw, 2010, p.5).

Da Segunda Guerra Mundial emergiu uma nova ordem mundial que marcou a segunda metade do século XX e que se caracterizou pela divisão do mundo em dois blocos, na descolonização e na criação da ONU, bem como por uma nova forma de posicionamento entre os Estados. Faltava somente um passo: a globalização, que se verificou no século XXI e que conduziu a que em poucos anos o mundo se tornasse uma realidade integrada.

As transformações da diplomacia estão estritamente ligadas às alterações do Direito Internacional Público (DIP) e o mesmo tem que ser definido, para poder ser entendido.

Não há uma definição consensual de Direito Internacional Público, pois a mesma varia consoante se siga o critério que se siga, como sucede amiúde em direito; Duarte[5] (s.d.) define o Direito Internacional como "conjunto de normas e princípios gerais definidos no quadro da ordem jurídica global que visam regular a existência e o funcionamento da comunidade internacional" e Baptista (s.d.) define como um "sistema constituído pelas normas originárias (costumeiras) criadas pelos Estados conjuntamente e ainda por todas as normas que aqueles qualifiquem como internacionais públicas"[6] . Ambas as definições se podem aceitar, muito embora traduzam olhares diferentes: a primeira centra-se nos sujeitos, a segunda no objeto.

Não obstante os diversos prismas com que se pode observar o DIP e, em consequência, criar o conceito, é geralmente aceite que o Direito Internacional Público consiste no "conjunto de normas e princípios gerais definidos no quadro da ordem jurídica global que visam regular a existência e funcionamento da comunidade internacional".[7]

Independentemente da definição pela qual se opte, o DIP atual caracteriza-se por ter uma pluralidade de fontes (tratados e convenções, a par do costume internacional: direito consuetudinário), fortemente institucionalizado (organizações internacionais, entre as quais avultam a ONU e as respetivas agências), com tribunais próprios (todos os tribunais internacionais), com um vocação universalista. Atualmente, pode também afirmar-se que os Direitos Humanos são uma característica do DIP.

[5] Apontamentos Direito Internacional Público, Aulas teóricas, Professores Correia Baptista, Maria Luíza Duarte e Jorge Miranda. Disponível em https://www.scribd.com/document/433250412/Direito-Internacional-Publico

[6] idem

[7] Idem

O direito é um ramo do conhecimento em que as mudanças são lentas e estruturadas; perante tantas alterações e mudanças verificadas no mundo em menos de um século, as bases do Direito Internacional Público (DIP) começaram a ser revistas em termos de categorias e conceitos. Os assuntos globais, transversais a todos os Estados (como sucede em relação às alterações climáticas e respetivas consequências) exigiram novas regras, que dessem resposta a essas novas questões. Em particular, surgiram novos atores os quais, mesmo que não sejam considerados sujeitos de DIP têm um peso cada vez maior: multinacionais e ONG.

No espaço anteriormente ocupado somente pelos Estados novos atores começaram, pois, a surgir e essa alteração faz com que o mesmo "comece a sofrer alterações em sua soberania e em sua autonomia decisória" (Forjaz, 2000, p. 40). Tal não significa que a noção de soberania desapareça, pois os Estados são – e assim continuarão – a ser os sujeitos de DIP por excelência, são a pedra de base deste ramo do direito. Contudo há que reconhecer novas realidades que vão surgindo e a adaptação aos novos tempos tem de ser feita.

> "O intruso (neste estudo entendido apenas como os atores não-estatais, desvinculando-se da conotação negativa do termo) na política internacional corresponde aos grupos sociais, povos, sociedades, indivíduos. (...) têm legitimidade e recursos de poder, portanto o custo político de ignorá-los é altíssimo. Em outros termos, o intruso é o resultado das forças sociais que se consolidaram nas democracias do século XX, mas que ficaram confinados à esfera doméstica. Com o passar do tempo, se interessam por questões de política internacional, e exercem cada vez mais um papel importante, estruturando interesses e contribuindo para a solução de conflitos. Em consequência, estamos passando de uma opinião pública sobre o internacional para uma verdadeira opinião pública internacional, à medida que o espaço público internacional é consolidado. Os atores não-estatais chegaram para perturbar a condução da diplomacia, que sempre foi considerada domínio reservado do Estado, atividade estratégia e técnica, mas não uma atividade social." (Bertrand Badie 2008 citado por Barros-Platiau, 2008, p.197)

O percurso da diplomacia e a evolução do Direito Internacional Público estão estritamente ligados. À diplomacia clássica (característica da Idade Média), seguiu-se a Diplomacia Tradicional, definida como "diplomacia é o processo político pelo qual entidades políticas

(geralmente estados) estabelecem e mantêm relações oficiais, direta e indiretamente, umas com as outras,a fim de perseguir os seus objetivos, interesses, políticas materiais e procedimentais no ambiente internacional. Enquanto processo político, ele é dinâmico, adaptativo e mutante, além de constituir um continuum; funcionalmente ele abraça tanto a produção quanto a implementação da política externa em todos os níveis (...) e envolve, mas não se limita às funções de representação, relato, comunicação, negociação e manobras, assim como à assistência aos interesses dos nacionais no exterior" (Elmer Plischke, 1979, p.33). No século XX, surgiu a Diplomacia Pública – que foi o cenário diplomático no qual Amílcar Cabral se movimentou.

> "(…) costuma-se atribuir a primeira definição do termo "diplomacia pública" a Edmund Gullion, reitor da University's Fletcher School (Estados Unidos), na ocasião em que se criou o Centro para a Diplomacia Pública Edward R. Murrow em 1965. De acordo com Gullion "A diplomacia pública lida com a influência das atitudes públicas na formação e execução das políticas exteriores. Ela diz respeito a dimensões das relações internacionais que extrapolam as atividades tradicionais da diplomacia; ao desvelo pelos grupos nacionais, com a opinião pública em outros países; à interação dos grupos e interesses individuais entre países diferentes; a notícias de política internacional e o seu impacto nas políticas exteriores dos países; à comunicação entre comunicadores e também entre diplomatas e correspondentes estrangeiros; e aos processos de comunicação intercultural". (Lima Júnior (2015, p. 3-4)

Pode concluir-se que, ao contrário do que até então sucedia, na definição de diplomacia surgida do pós-guerra, muito embora o papel do estado ainda seja a pedra basilar, já tem em linha de conta outros componentes, sendo a comunicação (quer interna, quer externa) a mais importante de todos eles.

O mundo manteve-se em transformação. Até que a comunicação facilitada pela internet transformou o planeta numa "pequena" aldeia global. A facilidade, abrangência e velocidade de comunicação caracterizam esta nova realidade. A diplomacia, tal como todas as restantes atividades, teve de se adaptar a uma nova realidade: um mundo onde tudo se sabe e onde tudo é visto, seja através das redes sociais, seja através de canais de televisão; onde manifestações

de protesto são marcadas através das redes sociais e contam com milhares de manifestantes e onde uma guerra é transmitida ao segundo, para qualquer ponto do globo.

A globalização da informação, deu origem ao que se denominou de Nova Diplomacia Pública, que tem em linha de conta a nova realidade que alterou não só a forma de comunicação, a rapidez da mesma como também trouxe novos intervenientes (atores) para o cenário internacional. Riorden discorre sobre o assunto: "Los gobiernos y los diplomáticos han perdido progresivamente su monopolio de las relaciones internacionales. Dejar que participen agentes no gubernamentales en las estrategias diplomáticas tiene que ver con el modo más efectivo de desarrollar y poner en práctica tales estrategias. Mientras los diplomáticos conservan un importante papel en los debates con otros gobiernos y otras élites políticas, no suelen ser los agentes ideales, y a veces son contraproducentes, cuando intervienen en debates con sociedades extranjeras" (Riorden, 2005, p.4).

Esta forma atual de ver a diplomacia e a inclusão de novos atores, conduz-nos a um conceito: o soft power. O conceito foi criado em 1990 por Nye em casa, na sua mesa da cozinha, conforme o próprio relata (Nye, 2021) e define-se como "Soft power is the ability to affect others to obtain the outcomes one wants rather than coercion or payment (…) Power is the ability to affect others to obtain the others the outcomes you want. One can affect others' behavior in three main ways: threats of coercion ("sticks"), inducements and payments ("carrots"), and attraction that makes others want what you want" (Nye, 2008, p. 94). Assim, soft power é capacidade de sedução, de atração. Pode ser exercido, e é -o, quer por Estados, quer por atores não estatais.

Não obstante ser exercido por Estados e por atores não estatais, quando é exercido por estes o seu exercício escapa ao controlo da autoridade e Fan assim a evidência "Soft power in general is not controlled by the government or a single organisation. Soft power comes in various sources owned by non-state actors (…) Individuals such as Nelson Mandela or Mother Teresa have soft power because of their reputation" (Fan, 2008, p. 2 - 6).

Enfatiza Nye (2008) "Information is power, and today a much larger part of the world's population has access to that power".

Académicos debruçaram-se sobre as diversas fontes de soft power e consideraram que a credibilidade e a reputação são importantes para o mesmo. Para exercer soft power de forma efetiva, tanto a credibilidade como a reputação são requisitos essenciais: o poder de atração e de sedução está ligado a essas pré-condições. Nas palavras de Nye em relação a este assunto,

"(…) credibility is the crucial resource and an important source of soft power. Reputation becomes even more important than in the past, and political struggles occur over the creation and destruction of credibility. Governments compete for credibility not only with other governments but with a broad range of alternatives including news media, corporations, nongovernmental organizations (NGOs), intergovernmental organizations, and networks of scientific communities". (Nye, 2008, p. 100).

A sedução é um caminho com dois polos: o sedutor e o seduzido. Assim sendo, o alvo da sedução tem que ser passível de ser seduzido "As soft power rests on attraction, the "power" lies not in the hand of the party who possesses it, but in the response and reaction of the party who receives it" (Fan, 2008, p.15).

Não obstante, o termo soft power ter sido conceptualizado por Nye, Fan (2008) refere que o conceito remonta há mais de dois mil anos, tendo sido mencionado na China antiga, tanto por Sun Tsu, como por Confúcio. Tal como sucede amiúde, os novos conceitos mais não são do que a teorização de realidades antigas, (re)descobertas sob um olhar contemporâneo e apresentadas com uma linguagem diferente.

O soft power é uma forma de exercer diplomacia ao alcance de todos, incluindo atores não governamentais; usada de forma eficaz poderá trazer excelentes resultados a quem a utilizar. É nesta perspetiva que podemos entender como Cabral, que viveu num tempo em que a diplomacia pública ainda imperava, utilizava o soft power nas suas abordagens diplomáticas. Muito embora o PAIGC estivesse envolvido numa guerra, até ter o controlo efetivo das zonas libertadas não dispunha de território, nem exercia soberania, tudo o que lhe restava era esgrimir o soft power, crescer em credibilidade e reputação e tornar a causa do PAIGC uma causa atraente em termos de doações e apoios.

1.2. Legitimidade e Poder

Um Estado, um movimento de libertação, uma ONG podem ter uma diplomacia forte, podem ter argumentos para usar soft power e podem fazê-lo de forma eficaz, podem até ter credibilidade. Contudo, se não gozarem de legitimidade dificilmente conseguirão usar essas ferramentas a seu favor. A este respeito interessa refletir sobre a perspetiva de Maalouf sobre a "era nasseriana", vivida e liderada por Nasser, o presidente egípcio que sonhou (e durante algum tempo conseguiu) concretizar o sonho de "uma grande nação árabe". Nasser logrou tal intento porque para tal tinha legitimidade. As palavras de Maalouf acerca do assunto são claras:

" A era nasseriana não foi longa (…) A impressão que fica desses anos entre os árabes é que eles foram durante algum tempo os atores da sua própria história e não figurantes impotentes, insignificantes e desprezados, que tiveram um chefe no qual se reconheciam (…) Com Nasser, os árabes tinham o sentimento de ter reencontrado a sua dignidade e de poderem andar novamente no meio das nações com a cabeça levantada (…) Quando obtinha sucessos, abençoavam-no; quando sofria reveses, amaldiçoavam os seus inimigos (…)". (Maalouf, 2009, p. 131 – 132). Nasser estava imbuído de legitimidade.

Legitimidade não se confunde com legalidade (La Porte, 2008); legalidade advém de resultados eleitorais e legitimidade advém do apoio das populações, dos cidadãos. Legitimidade vai além da reputação e pode ser concedida a quem seja, aparentemente, improvável; uma garota, Greta Thunberg de seu nome, surge na cena internacional: não tem uma reputação consolidada, tem uma doença do espectro do autismo, não é risonha nem encantadora… mas é seguida por milhões de jovens no mundo inteiro, porque é nela que se revêm, porque as palavras dela exprimem os medos e as convicções de todos eles. Greta Thunberg foi uma das pessoas mais influentes do mundo[8] e a sua influência não se baseou na legalidade, mas sim em legitimidade. O instrumento que ela usava – com eficácia – era o soft power e com ele ditou a agenda dos Estados.

A eficácia pode ser considerada uma nova fonte de legitimidade conclui La Porte " (…) new source of 'legitimacy', based on the 'efficacy' with which they resolve citizens' problems, demands more in-depth consideration, especially because it coincides with the perception of

[8] Greta Thunberg entra para a lista Forbes das Mulheres Mais Poderosas do Mundo 2019.Disponível em https://forbes.com.br/forbes-mulher/2019/12/greta-thunberg-entra-para-a-lista-forbes-das-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-2019/

the crisis of the state as the guarantor of the citizens' safety and interests (…)" (La Porte, 2008, p. 6)

Amílcar Cabral foi, também ele, uma personalidade que teve notoriedade e que conseguiu libertar-se da lei da morte, devido à legitimidade de que gozava e à eficácia com que exercia a sua autoridade e liderança. Nunca foi "legalizado", pois não se submeteu a eleições, nem representava um Estado pois liderava um movimento de luta pela independência de um território; não obstante, o PAIGC foi reconhecido como consequência da legitimidade de Cabral.

Do exposto, pode retirar-se que a capacidade dos atores não estatais para influenciarem a agenda política internacional não está ao alcance de todos, mas tão somente de quem tenha – em simultâneo – legitimidade, eficácia e autoridade. De salientar que a fonte da legitimidade dos atores não estatais é sempre o apoio da sociedade, no sentido em que esta deposita naqueles a esperança de que os seus anseios tenham resposta ou que tenham voz. Na opinião de La Porte, essa fonte de legitimidade, esse apoio não é concedido a ações pontuais mas sim aos atores não estatais, pelo que é um apoio duradouro. Nesse sentido, ela afirma:

"The legitimacy of an NGO and the legitimacy of a government differ in the type of relations they have with the citizens (more ethereal for NGOs) and the type of commitment established between the institution and the citizen (…) this support is not limited to the occasional activities that an NGO or any other type of non-state actor may carry out, but is granted to the organization itself and is lasting" (La Porte, 2008, p.7)

Enquanto os atores estatais garantem a sua representatividade através de resultados eleitorais (pelo menos em países democráticos), garantindo assim a legalidade da sua atuação, em relação aos atores não estatais tudo se passa de uma forma mais subtil, pois a confiança que garante a legitimidade é oferecida voluntariamente.

A esse respeito, La Porte continua: "This other origin also determines the way in which a non-state actor obtains or maintains the legitimacy to act on the global stage. (…) The citizenry must offer it voluntarily (…) And the legitimacy will be obtained for a long as they are capable of keeping it" (La Porte, 2008, p.7)

Legitimidade, credibilidade, confiança das populações. Todos estes elementos estão presentes numa equação a que se poderá chamar exercício da autoridade, que é o mesmo que dizer exercício de poder. E todos os elementos acima analisados têm de estar presentes porque o poder não é um objeto do qual se seja proprietário, o poder implica relações entre pessoas.

1.3. Liderança

O exercício do poder está ligado ao exercício da liderança. O tema da liderança tem sido objeto de numerosos estudos e teorias, a maior parte ligadas à liderança em estruturas empresariais. Muitas teorias acerca da liderança surgiram e têm variado ao longo dos tempos: teoria dos traços, teoria da troca líder-membro, teoria da liderança situacional, teoria da liderança transformacional, teoria da liderança transacional, teoria da liderança servidora, só a título de exemplo (Northouse, 2016). Seja como for, todos os movimentos ou organizações necessitam de ter uma liderança estratégica e para Zaccaro (1991) os líderes estratégicos devem ter competências cognitivas e comportamento sociais que lhes permitam atuar eficazmente em meios sociais complexos.

Max Weber foi autor de numerosos estudos acerca do carisma, como sendo uma das características que permitem distinguir as personalidades que se têm destacado ao longo dos tempos.

> "O termo carisma teve a sua origem na antiga Grécia, sendo entendido como um "dom" atribuído a figuras mitológicas, servindo para justificar os acontecimentos que não tinham uma explicação lógica. Mais tarde, o termo foi adaptado pela religião católica, descrevendo determinados talentos humanos, como sejam, as profecias, a sabedoria e a arte de curar, que eram capacidades concedidas por Deus a algumas pessoas que passavam a possuir o "dom da graça" (…) Weber questionou a possibilidade de o carisma não fazer parte apenas do domínio religioso e poder também ajudar a compreender o sucesso e o impacto social das grandes individualidades. Para o autor, o carisma seria apanágio de alguém que, perante uma situação complicada, conseguiu reunir à sua volta um conjunto de indivíduos que acreditaram nas suas capacidades para apontar o melhor caminho a seguir, encarando-o como uma pessoa "visionária" e inspiradora de valores fundamentais (Cruz e Gomes, 2007, p. 145)

Na opinião destes autores, há que considerar a necessidade de existência de um contexto de tumulto e de mudança como fatores fundamentais para a emergência de um líder carismático, que Sell (2018) refere como o aspeto da transformação da ordem política.

> "Compreendendo assim o termo, percebe-se melhor o facto de ser em tempos de crise quando se questionam os valores e as ideias pessoais e sociais, que os indivíduos carismáticos mais se podem afirmar, pois, ao apelarem para os novos princípios e processos de resolução de problemas, ganham mais facilmente o entusiasmo e a dedicação dos outros" (Aaltio-Marjosa & Takala, 2000, citados por Cruz e Gomes, 2007, p. 145 – 146).

Outro aspeto da teoria da liderança carismática, criada por Weber, reside no facto de esta não consistir apenas na existência do "dom" do líder, mas também a forma como este é visto pelos outros, levando-os a aderir às suas ideias e atos.

> "(…) no caso de dominação carismática obedece-se ao líder carismaticamente qualificado como tal em razão da confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade, dentro do âmbito da crença na validade desse carisma (…) uma qualidade pessoal considerada extra-quotidiana (…) em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou caraterísticas sobrenaturais, sobre-humanas (…) ou não acessíveis a qualquer outro e pela qual ela é vista como enviada por Deus ou então como exemplo e dessa forma, considerada como "líder". O modo objetivamente "correto" como essa qualidade deveria ser avaliada de uma perspetiva ética, estética ou ooutra qualquer é indiferente para o nosso conceito: o que importa é como ela é avaliada pelos carismaticamente dominados – os "adeptos" (Weber citado por Sell, 2018, p. 4 – 5)

Assim, de acordo com o conceito de Weber, pode dizer-se que a condição de líder é um resultado da combinação entre certas qualidades de um indivíduo e o seu reconhecimento por parte dos demais atores (Sell, 2018, p.5). É impossível falar de liderança sem referir a teoria de Max Weber, pela importância que teve e por ser pioneira, mas outras teorias existem e entre elas há que salientar o trabalho desenvolvido por Burns, por ter interesse para o presente trabalho. A obra deste autor, antigo conselheiro do presidente Nixon, destaca-se pelo interesse em questões de liderança política. Nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram uma série de acontecimentos que criaram uma crise em termos de liderança política, nomeadamente o assassinato do Presidente Kennedy, o "caso Watergate" e a Guerra do Vietnam, que foi fortemente contestada. Foi, pois, num tempo caracterizado por graves problemas em termos políticos, económioas e até ideológicos que Burns criou a sua teoria de liderança transformacional, face à crise de liderança que se vivia no seu país.

> "Para Burns (1978), liderança é um fenómeno dual, onde o ato de liderar e o de seguir o líder se retroalimentam. Burns constitui sua teoria a partir dessa perspectiva de aproximação entre líder e liderados, pela ideia de que o ato de liderar envolve a criação de novos líderes a partir das pessoas que estão ao redor, envolvendo-as não apenas com as tarefas rotineiras, mas dando às mesmas, além de reconhecimento, perspectivas e condições de desenvolvimento da capacidade de tomada de decisão. A essa forma de liderança, Burns cunha a denominação transformacional, e que se associa com o estilo de liderança adotado pelos grandes estadistas nos quais Burns se inspira para desenvolver sua teoria." (Calaça e Vizeu, 2015, p. 127).

A relação entre o líder e os seus seguidores é uma componente importante da teoria de Burns, que, por consequência, não valoriza o carisma visto como um "dom", como é visto por Weber.

> "A liderança heróica significa acreditar no líder por causa de seu personagem, independentemente de verificar suas capacidades técnicas, experiência ou opiniões; a fé na capacidade do líder em superar obstáculos e crises; prontidão para conceder aos lideres o poder de lidar com as crises; apoio total a esses líderes expresso por votos, aplausos, cartas, apertos de mão, tudo isso independentemente das instituições intermediárias. Então, a liderança heroica não seria simplesmente uma qualidade possuída por alguém, mas uma forma de relacionamento entre líder e liderado". (Burns, 1978, citado por Calaça e Vizeu, 2015, p. 127)

De acordo com o contexto em que Burns criou a sua teoria e da definição de liderança transformacional, compreende-se que a "pedra angular" da teoria da liderança proposta por Burns é a liderança moral. Conforme referem Calaça e Vizeu (2015), acerca do assunto, quando os valores morais públicos são priorizados, o efeito da liderança é sua capacidade de transcender o que os liderados querem individualmente, levando-os ao desenvolvimento moral, já que esse estilo possibilita que estes mudem regras, decisões, escolhas, valores, estilos, tudo de forma consciente. Burns lembra que a capacidade de uma nação superar os seus problemas reside nessa visão de valores morais públicos, de que o interesse do individuo não pode prevalecer sobre os interesses da sociedade na qual ele está inserido.

Esta teoria de liderança reveste-se de interesse no âmbito do presente trabalho, no que respeita a Amílcar Cabral pois este – cuja liderança emergiu num período de crise: guerra – pode ser considerado um líder transformacional: a sua liderança tinha como tema central valores morais (direitos humanos, porque o direito à autodeterminação de um povo assim deve ser considerado), motivava os seus seguidores a transcenderem-se (num cenário de guerra essa podia ser a diferença entre a vida ou a morte, a vitória ou a derrota) e os interesses individuais não se podiam sobrepor aos interesses do coletivo.

Muito embora Amílcar Cabral tenha sido um líder dotado de carisma, a sua liderança tinha as características da liderança transformacional, o que é confirmado através de Chabal:

> "Amilcar Cabral had everyone's confidence, not as a boss, but as a comrade who directed the struggle and made it progress. He always made it a point to take a personal interest in everyone and to help. He did not limit himself to political work, he wanted to be a source of support to people. This characteristic was extremely important for mobilisation". (Francisco Mendes, citado por Chabal, 2003, p. 63).

A liderança estratégica de Amílcar Cabral teve excelentes resultados porque ele tinha capacidade para atuar com eficácia em meios complexos, além de ser curioso e inteligente. A sua liderança foi revolucionária e considera Kissinger "(…) os revolucionários são, por natureza, personalidades poderosas e obstinadas. Quase invariavelmente começam de uma posição adversa e dependem para o seu triunfo do carisma e da capacidade de mobilizar o ressentimento geral e capitalizar a fraqueza psicológica do adversário". (Kissinger, 2011)

1.4. O que se entende por diplomacia pela humanidade?

Este subcapítulo pode iniciar-se como se fosse uma história infantil com "era uma vez". Era uma vez um planeta onde os seus habitantes, denominados de humanos, se esqueceram do caminho para a humanidade. Desde os tempos mais remotos fizeram guerras entre si, oprimiram e tiranizaram e com isso, traíram-se a eles mesmos.

> "Nenhum povo na Terra é feito para a escravatura, para a tirania, para o arbitrário, para a ignorância, para o obscurantismo, nem para a submissão das mulheres. Cada vez

que negligenciamos esta verdade de base, traímos a humanidade e traímo-nos a nós mesmos" (Maalouf, 2009, p. 61)

Com o tempo, as pessoas optaram por viver em grandes cidades com algum conforto: carros, computadores, vacinas, viagens, satélites, televisões, bolsas de valores, depressões e úlceras. A evolução tecnológica disparou, mas não foi acompanhada por um crescimento ético.

"O que está em causa é o fosso entre a nossa rápida evolução material, que todos os dias nos retira mais do isolamento e a nossa evolução moral demasiado lenta, que não nos permite fazer face às consequências trágicas desta saída do isolamento". Maalouf, 2009, p. 75)

Criaram-se religiões, cada uma delas conhecedora da verdade absoluta, criou-se competição entre as economias de vários países e, em paralelo, morre gente de obesidade e morre gente de fome total.

"Numa época como a nossa em que cada cultura é quotidianamente confrontada com as outras, em que cada identidade sente necessidade de se afirmar com virulência, em que cada país, cada cidade, deve organizar no seu seio uma delicada coabitação, a questão não consiste em saber se os nossos preconceitos religiosos, étnicos ou culturais são mais fortes ou mais fracos do que os das gerações precedentes, mas sim em saber se conseguiremos impedir as nossas sociedades de derivar para a violência, o fanatismo e o caos". (Maalouf, 2009, p. 73)

De repente, no século XXI, quando uma parte do mundo (o ocidente) acreditava que as guerras seriam sempre em paragens longínquas, que as cheias dos rios a devastarem aldeias seriam sempre em locais de pobres, que a floresta amazónica podia ser impunemente delapidada, que as vacinas, os antibióticos, os antidepressivos e a cirurgia robótica seriam proteções eficazes contra as maleitas do corpo e do espírito… tudo se alterou: o Covid 19, as alterações climáticas, a invasão da Ucrânia, a intensificação da tensão entre a China e a Ilha Formosa. Reaprendeu-se o medo da bomba atómica, constatou-se que as alterações climáticas afinal de contas existem, o espectro da fome espreita e o racionamento da energia e da água também.

Neste sentido, Javier Solana em 2020, alertou para os vários problemas globais e chegou a conclusões interessantes, num artigo denominado "The Case for Human Diplomacy".

> "(…) these tumultuous times call for intellectual and cold reflection on what we wish the future to be like. The pre-coronavirus status quo is not just unattainable but undesirable too. However, a descent into international anarchy is avoidable. Co-operation still offers our best chance to achieve a better collective future". (Solana, 2020, p. 678). E acrescenta, "(…) The main actors of international politics, and thus diplomacy, have changed throughout history. In Middle Ages, the focus was on feudal lords. In the 19th century, it was on empires and the power balances between them. In the 20th century, states and – later on – corporations were the backbone of international co-operation and conflict. The 21st century should see that focus shift to a new central unit of analysis and action: human beings". (Solana, 2020, p. 671)

Solana compreendeu o facto de o conceito westefaliano da soberania estar, na realidade, ultrapassado. Tal implica a necessidade de aceitação que o conceito tradicional de diplomacia (negociações feitas por Estados, no exercício da sua soberania e traduzidas em tratados) também está ultrapassado.

> "Traditionally, notions of security were closely linked to sovereignty. In the late 20th century, two connected but different conceptions of human security appeared: one linked to the Responsibility to Protect and a rights-based approach to conflict resolutions; the other, focused on development and a broad understanding of human rights. Developed by the UN Development Programme, this second conception considers seven dimensions of security: economic, food, health, environment, personal, community and political" (Solana, 2020, p. 672).

Impõe-se a aceitação de que o conceito tradicional de diplomacia está ultrapassado porque, entre outras alterações na ordem mundial, surgiram novos atores, não governamentais, "other perspectives, more in agreement with the so-called 'new public diplomacy', do not hesitate to admit the possibility that it may be carried out by other actors apart from the state. In these cases, 'Public Diplomacy' is defined from the objective proposed by the political actors, state or non-state, in their actions". (La Porte, 2012, p.3).

As instituições políticas têm que ter em conta os atores não governamentais, que exercem "diplomacia real" (real no sentido que está ligada à realidade da humanidade), que cada vez mais, ditam as agendas políticas;

> "(…) social movements like those seen in the Arab Spring, in the Spanish '15-M', or the global '#occupywallstreet', emphasize the need for political institutions to constantly maintain and win back the credibility and confidence citizens have placed in them. This challenge is even greater when what they are attempting to obtain is the recognition of part of the foreign public, which is what 'public diplomacy' wants". (La Porte, 2012, p.1).

As condições estão criadas, mas não há "fórmula certa" para a eficácia do exercício da diplomacia pela humanidade. Mas há indicadores de caminho, muitos deles deixados por Cabral.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

2.1. O alinhar das peças

Desde a Conferência de Berlim (1884-1885) até ao pós-guerra (1950), o continente africano foi constituído por colónias francesas, espanholas, inglesas, alemãs (até 1919) , italianas e portuguesas, cujas fronteiras foram desenhadas a régua e esquadro. A partir da década de 1950 novas correntes de pensamento surgiram num contexto geopolítico dominado pelos Estados Unidos da América que não contemplavam a manutenção da dominação colonial, conduzindo a um acelerado processo de descolonização que se consumou na década de 1960. A geopolítica do mundo em geral e do continente africano em particular foi profundamente alterada em virtude da descolonização. Mas não em todas as colónias: por um lado o regime do Estado Novo (1933-1974) recusou-se a negociar as independências com o argumento de que todas elas eram Portugal Ultramarino; por outro lado, os regimes do apartheid mantiveram-se na África Austral até 1994 .

Este capítulo pretende ser uma reflexão sobre vários aspetos, nomeadamente: i) quais os fundamentos teórico-políticos que conduziram a que o governo da metrópole se batesse a todo o custo pela manutenção das colónias; ii) um resumo histórico dos acontecimentos que antecederam o início do conflito, bem como no decurso do mesmo, com enfoque no caso da Guiné e Cabo Verde, duas colónias que o pensamento de Cabral uniu, mas cujo percurso foi diferente. Se as peças se tivessem alinhado de outra forma, talvez Amílcar Cabral não tivesse sido o líder do PAIGC e a história pudesse ser contada de outra maneira. O certo é que Cabral foi o homem certo, no momento certo e que soube aproveitar de forma exemplar as circunstâncias. É uma viagem através dessas marés, desse alinhar de peças que se pretende fazer.

A expansão portuguesa (e europeia) remonta ao século XV, embora a ocupação territorial fosse esparsa e não legislada. Apenas com a monarquia constitucional Portugal aprovou um número considerável de leis que visavam regulamentar as colónias. "É habitual admitir que, (…) até à década de 30 do século XIX, teria predominado na administração dos domínios ultramarinos portugueses uma heterogeneidade de regimes, que procurariam adaptar-se às circunstâncias particulares de cada região e período; e que a partir da década de 30 do século XIX, teria predominado na administração dos domínios ultramarinos portugueses uma

homogeneidade de regimes, que procurariamuniformizar as orgânicas e procedimentos dessa administração" (Valério, s.d., p. 3).

Estando o presente trabalho centrado em Cabo Verde e na Guiné interessa saber que através de um Decreto de 6 de Novembro de 1836, a Guiné integrava Cabo Verde, situação essa que se manteve até à promulgação de uma Lei de 18 de Março de 1879, passando a Guiné a ser uma colónia autónoma. (Valério, s.d., p.4 - 7).

Ao longo dos anos, quer durante a monarquia, que durante a 1ª república vários diplomas foram sendo promulgados nunca se colocando qualquer questão acerca da legitimidade da existência de colónias.

Cabo Verde é um arquipélago cujas ilhas eram desabitadas quando foram descobertas, onde se efetuou uma colonização de povoamento. Embora existam relatos de vestígios de terem passado por lá outros povos, certamente não tiveram interesse em povoar ilhas com um clima difícil, permanentemente batido por um vento leste inclemente e com uma falta de chuva dramática. Não obstante a agrura do clima, Cabo Verde foi considerada uma colónia modelo, que desde os seus primórdios teve uma população miscigenada[9] e uma sociedade com acesso a escolas, o que levou à formação de uma elite cultural que forneceu quadros de administração colonial a outras colónias, entre elas a Guiné-Bissau.

Em relação à Guiné, tudo se passou de outra forma; o país era habitado e o facto de ser uma colónia foi sempre alvo de resistência . O território da Guiné era denominado oficialmente "Guiné de Cabo Verde". Esta realidade teve por consequência que, durante muito tempo, o pessoal da administração e das forças armadas não era proveniente diretamente da metrópole, mas sim das ilhas (Cardoso, s.d.).

> "O governador geral de Cabo Verde, na Praia, expedia para a Guiné apenas funcionários e condenados dos quais queria libertar-se e não lhes conferia grandes meios de ação, de tal forma que o poder real se encontrava repartido entre algumas dezenas de traficantes mestiços, ou negros aculturados provenientes essencialmente de Cabo Verde, e acessoriamente de famílias alargadas crioulas locais" (Pélissier, citado por Cardoso, s.d.).

[9] Nem sempre os mestiços eram considerados iguais aos brancos. Nesse sentido, Teixeira de Sousa em "Ilheu de Contenda".

Durante a ditadura militar, diplomas referentes à administração das colónias continuaram a ser publicados, em particular o Decreto nº 12421, de 2 de Outubro de 1926, o qual definia as novas bases da administração colonial e definia o "regime dos indígenas, mantendo a aceitação dos costumes indígenas desde que não ofendessem os direitos da soberania e não repugnassem aos princípios da civilização e a existência de tribunais especiais ou o recurso às autoridades locais para resolução de questões entre indígenas." (Valério, s.d., p.11)

A primeira grande medida que o governo de Salazar instaurou em relação às colónias foi a promulgação do Acto Colonial[10] (revogado em 1951), "documento que de então em diante iria regular as relações entre Portugal e as suas possessões e em cuja filosofia de base se encontrava o darwinismo social, segundo o qual a humanidade era divisível em categorias hierárquicas e no topo das quais estava o homem branco e ocidental" (Tomás, 2007, p. 45 – 46).

Armindo Monteiro, autor do Acto Colonial e primeiro Ministro das Colónias do Estado Novo, foi um dos grandes ideólogos do colonialismo português. Considerava que "grande parte das sociedades negras, por toda a África, permanecia imóvel dentro dos moldes da velha organização" e que o homem europeu tinha de ser lesto se quisesse salvar essas sociedades da morte certa (Tomás, 2007, p 46). Entre as várias regras que integravam o Acto Colonial há que destacar "a formalização constitucional da existência de estatutos pessoais diferentes – cidadãos de pleno direito e indígenas – associada a regras de liberdade religiosa e liberdade de contratação laboral, em termos que já existiam em legislação ordinária." (Valério, s.d. p.12). Este documento integrava o Estatuto do Indígena[11]; segundo o qual os indígenas eram "não cidadãos" e para serem considerados civilizados deveriam saber lêr e escrever português e serem católicos praticantes (um branco analfabeto seria considerado civilizado).

De referir que, anterior ao Estatuto do Indígena, existia o Diploma dos Assimilados (Silva, 2014, p.2), que estabelecia "as condições a que os naturais das colónias podiam passar à condição de assimilados a europeus", definindo, desse modo, um estatuto pessoal, étnico e hereditário, aplicável aos guineenses de origem, mas não aos cabo-verdianos (que nunca estiveram sujeitos ao regime do indigenato). Na Guiné, a partir de 1946, passaram a distinguir-se relativamente aos indivíduos de raça negra ou dela descendentes apenas duas categorias – os

[10] Promulgado através do Decreto-Lei 18.570, de 8.Juho.1930 e revisto através da promulgação do Decreto Lei 22.465, de 11. Abril. 1933, disponível emhttps://files.dre.pt/gratuitos/1s/1930/07/15600.pdf e em https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf

[11] Decreto Lei 39.666, de 20. Maio. 1954, disponível em https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf

indígenas e os cidadãos (ou civilizados) – abolindo a terceira categoria de assimilado" (Silva, 2014, p.2).

> "A estratégia salazarista de conservação do regime no período Pós-Guerra, operou-se, fundamentalmente, por meio da defesa da ética cristã universal; pela defesa ideológica da harmonia e da assimilação cultural; pelo reforço da retórica da tolerância racial com a revogação do Acto Colonial de 1933, realizada no ano de 1951, em que o governo português, por meio do Ministro das Colónias, Adriano Moreira, leva a cabo uma alteração na Constituição no que às colónias africanas dizia respeito substituindo o termo colónias por províncias ultramarinas, reafirmando o conceito de unidade nacional. As colónias passariam a ser extensões do território português integradas harmonicamente" (Abadia, 2018, p. 36).

Esta alteração da Constituição viria a ter implicações profundas e seria a base da posição portuguesa, no litígio que opôs Portugal à ONU durante décadas e acerca do qual se falará adiante. A alteração de nomenclatura de colónias para provincías ultramarinas e a invocação da unidade nacional não surgiram por acaso, foram resposta a uma necessidade.

A partir da década de 50, após o final da 2ª guerra, a criação da ONU e os processos de descolonização foram responsáveis por uma alteração da ordem estabelecida; o que era aceite foi questionado; foi questionada a manutenção intransigente das colónias por parte de Portugal, que se viu forçado a "transformar" as colónias em províncias ultramarinas, como forma de justificar a manutenção destas. Para tal, Portugal recorreu a um conceito, criado por Gilberto Freyre, a que se deu o nome de lusotropicalismo. "António de Oliveira Salazar sabia que, se não tomasse providências urgentes (…) os espaços coloniais protugueses poderiam sucumbir perante as novas concepções liberalizantes dos autonomismos nacionalistas (…). O Estado salazarista procurava a essência de si nas práticas ditas civilizadoras da velha conquista colonial, Não buscava novas colónias, mas colonizar efectivamente aquelas que já lhe pertenciam há séculos (Pinto, 2009, p. 145).

Salazar optou por não "abrir mão" das colónias e "com o começo da década de 50, na altura em que os ventos das independências africanas (…) começavam a estimular os movimentos de libertação das colónias europeias em África, recorreu a ditadura portuguesa a uma formulação ideológica mais sofisticada, (…) com o útil e oportuno suporte achado na colaboração prestigiante, activa e politicamente assumida por parte do sociólogo Gilberto Freyre" (Medina, 2000, p. 48).

O conceito de Freyre era inovador e adequado às necessidades de Portugal pois "Gilberto Freyre afirma que Portugal teria iniciado no século XV "um novo tipo de civilização", devido ao seu caráter de expansão "singularmente simbiótico da união de europeu com trópico" e, "ao lado desse novo tipo de civilização vir-se-ia desenvolvendo um novo tipo de conhecimento ou saber dos trópicos pelo europeu, para o qual sugere a caracterização de lusotropicologia" (Freyre 1960, citado por Pinto, 2009, p. 150).

Esta teoria foi adaptada às pretensões do Estado Novo, pois constituia um alicerce conceptual que justificava a manutenção das colónias - mesmo que se tivessem passado a denominar de pronvíncias ultramarinas - e justificava a "unidade da nação pluricontinental portuguesa." (Castelo, 1999).

> "Era preciso convencer o mundo da natureza especial da colonização lusitana, da ausência de racismo nas províncias ultramarinas portuguesas, da existência de sociedades multiraciais perfeitamente integradas no todo nacional. O relacionamento do regime com o lusotropicalismo está, portanto, intimamente ligado à evolução da sua política colonial e, consequentemente, da sua política externa (Castelo, 1999, p. 138 – 139). E também da sua política interna, há que acrescentar.

O lusotropicalismo foi contestado pelos dirigentes dos movimentos pela independência das colónias portuguesas, como não podia deixar de ser. A ideia "romântica" de ausência de racismo e existência integração racial, de Portugal como um todo, fosse ou não ultramarino, não podia fazer eco nos espíritos daqueles que lideravam os movimentos nacionalistas. Entre os que falaram sobre o assunto conta-se Amílcar Cabral que afirmava: "a comunidade "multiracial" portuguesa é um mito."[12]E, noutra ocasião, escreveu:

> "Introduzindo à pressa alterações na Constituição portuguesa com o fim de escapar às obrigações das Nações Unidas, o colonialismo fascista de Portugal conseguiu, além disso, cortar todas as possibilidades de informação não oficial acerca das suas "províncias ultramarinas". Uma importante máquina de propaganda foi posta a funcionar com o fim de convencer a opinião internacional de que os nossos povos viviam no melhor dos mundos, que eramos portugueses felicíssimos e cujo único sofrimento seria a nostalgia da branca mãe-pátria separada pela fatalidade geográfica. Todo um mito foi construído. E, como em todos os mitos, sobretudo quando se referem

[12] A denominação colonial portuguesa, in Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, vol. 1

> ao domínio e exploração dos povos, não faltam "homens de ciência" entre os quais um sociólogo conhecido, para lhe dar uma base teórica: o lusotropicalismo. Gilberto Freyre, confundindo, talvez involutariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades socio-económicas (históricas), fizera de todos nós, povos das colónias – províncias portuguesas, felizes habitantes do paraíso lusotropical" (A. Cabral, 1960).[13]

O PAIGC foi fundado no dia 19 de Setembro de 1956 (data oficial) no contexto descrito. Três anos depois, em 3 de Agosto de 1959, ocorreu o massacre de Pidjiguiti, em Bissau, um acontecimento que teve uma importância marcante para a luta pela independência.

No final de Julho marinheiros, estivadores e trabalhadores do porto, em Bissau tinham feito uma greve, como forma de reivindicação de melhores salários. Essa greve gerou um conflito entre a polícia de Bissau e os grevistas, em que tiros foram disparados e lançadas granadas (Silva, 2006, Tomás, 2007, Soares, 2013). Nove mortos e quinze feridos, foi o cômputo final. O massacre de Pidjiguiti teve extrema importância na luta de libertação da Guiné. Foi um marco, que marcou a transição para uma verdadeira luta de libertação, liderada pelo PAIGC e pela figura de Amílcar Cabral. Em 23 de Janeiro de 1963 a luta armada foi iniciada.

Contudo, tal só aconteceu porque para Cabral, as propostas do partido não tiveram aceitação favorável, nem da parte do Governo português, nem da parte da ONU e, por esse motivo as forças patrióticas passaram a uma ação generalizada contra as forças colonialistas em Janeiro de 1963 (Madeira, 2018).

A luta armada foi iniciada em Janeiro de 1963, foi considerada por vários observadores um dos mais bem-sucedidos movimentos revolucionários de todo o mundo, uma verdadeira lição para todos os povos que ainda lutavam pela sua liberdade (Tomás, 2007).

Com o tempo, seria constituído um verdadeiro proto-estado nas zonas libertadas da Guiné-Bissau, que seria internacionalmente reconhecido como único e legítimo representante da Guiné e de Cabo Verde e "(…) ao contrário de todas as intenções portuguesas, a Guiné não foi uma "colónia modelo", antes acabou, sim, por definir o modelo da descolonização portuguesa e ser o paradigma da formação dos novos Estados dos PALOP" (Silva, 2006, p. 18). O artesão dessa diferença foi Cabral.

Foi na Guiné – ironicamente a colónia menos importante em termos económicos e estratégicos – que se desferiram os golpes fatais na ditadura colonial (Woollacott, 1983). Tal

[13] Prefácio do livro de Basil Davidson «Révolution en Afrique La Libération de la Guinée Portugaise » (Paris, 1969)

comprova a eficácia da liderança de Amílcar Cabral, bem como a força estratégica e política das suas ideias.

Os movimentos de libertação tinham o apoio dos camponeses em zonas de difícil acesso (na Guiné as características do terreno foram um trunfo para o PAIGC) o que dificultava os movimentos das tropas portuguesas. Além disso as lutas pela libertação eclodiram em várias frentes (Guiné, Angola e Moçambique), em simultâneo pelo que a metrópole teve que enviar para todas as frentes da guerra colonial toda a sua juventude. Pouca gente existirá ainda hoje, em Portugal, que não tenha um parente ex-combatente.

> "Na Guiné, o regime colonial encarava a perspetiva de uma derrota total e de um desastre completo em todas as frentes: militar, política e diplomática (…) o PAIGC, tendo conseguido efetuar com êxito uma "inversão de forças", iniciara, no período que precedeu o 25 de Abril, aquilo que Giap designara por fase final das guerras de libertação: uma contra-ofensiva generalizada" (Woollacot, 1983, p.1133).

Muitos fatores contribuíram para o êxito do PAIGC, nomeadamente o conhecimento do terreno (o interior da Guiné era difícil para os portugueses nele se movimentarem), fronteiras com dois países independentes e ex-colónias (Senegal e Guiné Conakri) com ao quais tinham relações que permitiam a passagem de material bélico e apoios internacionais que se traduziam em armas, medicamentos, material escolar e médico (L. Cabral, 1984). Como refere Chabal, "Supply, although often difficult for political reasons, was never an obstacle for the PAIGC. More importantly, the transportation of equipment and weapons over far smaller distances was comparatively easier" (Chabal, 2003, p. 193).

Outro fator decisivo residiu na relação entre as condições socioeconómicas e a consciência política, acerca das quais Chabal refletiu. A Guiné era um país totalmente subdesenvolvido e esse facto conduziu a que a mobilização política fosse mais bem-sucedida na Guiné do que nas outras colónias, pois se era a colónia mais subdesenvolvida, também era a menos afetada pelas necessidades do colonizador. Chabal refere ainda, como fatores importantes a política regional e mundial, a coabitação étnica e a unidade nacional, mas o que fez – realmente – a diferença residiu na organização do partido e na liderança de Cabral.

Refere Chabal,

> "First, the nationalist party needs to achieve national unity by relying on the use of local and parochial issues for the purpose of mobilisation. PAIGC came closest to

> achieving it. Secondly the party needs to maintain political control of the war when military efficiency is at a premium (…) when the requirements of a successful political campaign do not necessarily coincide with those of maximum military of efficiency. The PAIGC was confronted at the Cassacá Congress with problems of the political control of the war, and, following a reorganisation of the party, secured its grip over the military wing of the PAIGC. Finally, the party must maintain a balance and avoid the split between the 2internal" and external" party (…). The aim of any nationalist party engaged in a people's war must be to reduce the dependence on external bases and become politically self-sufficient in the interior (…) The PAIGC achieved virtual independence from its political base outside and established a viable political and administrative structured in the liberated areas" (Chabal, 2003, p. 202 - 203).

Conclui, ainda Chabal, que o PAIGC foi o único partido que logrou atingir estes objetivos, entre todos os partidos que lideravam as lutas armadas nas colónias portuguesas.

A guerra na Guiné foi sangrenta e dura o que não deixa de ser curioso porque a Guiné não tinha para Portugal a importância que as outras colónias tinham, em particular Angola que era a "jóia da coroa"; a derrota foi maior justamente onde o interesse era mínimo.

Em 1968, numa tentativa de resposta aos êxitos militares dos combatentes pela independência, foi nomeado António de Spínola para o cargo de governador-geral, o que representou um desenvolvimento qualitativo na luta (Woollacott, 1983, L. Cabral, 1984).

Spínola iniciou uma campanha que denominou "Por uma Guiné Melhor" que deu origem à construção de escolas, investimento na agricultura e obras públicas (Tomás, 2007). Cabral comentou a política de António Spínola,

> "Como sabem, aplicando essa política que nós chamamos de sorriso e sangue os colonialistas portugueses, pela voz do seu representante máximo na nossa terra, o general Spínola, afirmam que agora vão fazer uma revolução social na nossa terra. Claro que nós achamos que isso tem imensa piada e gostaríamos de ver o general Spínola e outros chefes colonialistas fazerem uma revolução social em Portugal, ou, pelo menos, falarem de uma revolução social em Portugal. Mas sabem que a nova PIDE, que se chama DGS, metê-los-ia a todos na cadeia" (Cabral, 1971)[14]

[14] Entrevista em 1971, reproduzida no Boletim Anti-Colonial, nº 3 (Woollacott, 1983, p. 1136)

Há que referir que Spínola tentou encontrar-se com Amílcar Cabral, numa tentativa de procurar uma saída airosa para a guerra da Guiné tendo mesmo sido agendado um encontro, no Senegal. Contudo, Marcello Caetano vetou que quaisquer negociações fossem encetadas, defendendo que uma derrota militar era melhor do que negociar com a guerrilha (Tomás, 2007).

"Em relação a esta posição de Marcello Caetano de recusa de diálogo com o PAIGC por o considerar "guerrilha" "no Jornal Expresso de 19.3.1994, foi revelado um facto histórico que, alegadamente, contraria aquela versão. Afinal, "o Governo de Marcello Caetano estava disposto o reconhecer a independência da Guiné", tendo-se realizado "em Londres, em Março de 1974, uma reunião nesse sentido, entre um representante pessoal do ministro português e uma delegação do PAIGC" (Castelo, 1999, p. 66).

Amílcar Cabral sabia que a luta armada, por muito bem-sucedida que fosse, não era o suficiente para uma vitória final (Tomás, 2007). Não se sabia quanto mais tempo a guerra colonial na Guiné poderia ainda durar e se o desgaste das tropas portuguesas era grande, no contingente dos que combatiam no movimento de libertação não seria inferior. Ambos os lados sofriam pesadas perdas.

Não seria pela vida militar que o PAIGC libertaria a Guiné, mas sim pela ação política, no interior, e pela diplomática, no exterior. (Tomás, 2007). Esta visão é corroborada por Chabal

"The PAIGC was the most accomplished of the Lusophone anti-colonial movements primarily because it performed best on all of the (…) criteria. (…) They were adept at political mobilization, managing to gain support in most of the country and to protect the liberated areas. But above all, the PAIGC was outstandingly successful diplomatically (…) here Cabral's role was fundamental (Chabal, 2002, p. 9).

Amílcar Cabral foi um homem fora do comum que soube fazer aquilo que poucos conseguem: aproveitar a força das marés da vida e transformar um condições aparentemente pré-determinadas em circunstâncias a seu favor.

2.2. Qual o papel da diplomacia na afirmação do PAIGC e da luta de libertação na Guiné-Bissau e Cabo Verde?

Para entender os contornos da atuação de Cabral enquanto diplomata, há que entender o contexto em que a mesma se desenvolveu, nomeadamente o confronto que existiu entre Portugal e a ONU, a Comissão de Descolonização e as Resoluções emanadas, tanto do Conselho de Segurança como da Assembleia Geral da ONU[15], confronto esse que teve profundas repercussões no processo da independência da Guiné e de Cabo Verde.

> "O regime do Estado Novo viu-se confrontado, nos anos cinquenta, com problemas referentes às suas possessões em África, sobretudo pelo facto de Portugal pretender entrar em Abril de 1949 na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e aderir à ONU (…) com o forte apoio dos Estados Unidos, uma vez que este permanecia com as suas bases aéreas e navais no arquipélago dos Açores. Como forma de contornar as exigências da ONU, Salazar considerava que Portugal era uma nação multirracial, pluricontinental, una e indivisível, que se estendia do Minho a Timor, na perspetiva de que todas as províncias formavam um só corpo, unido e indissociável" (Madeira, 2018, p. 184)

Portugal torna-se membro da ONU em Dezembro de 1955 e em Fevereiro de 1956 o Secretário-Geral, Dag Hammarskjöld, envia uma carta a Portugal a inquirir se este administrava territórios que integrassem a categoria indicada no art. 73.º da Carta das Nações Unidas[16], ou seja, Territórios Não Autónomos; para além dessa indicação, no referido art. 73º os países com colónias (territórios não autónomos na nomenclatura da Carta das Nações Unidas) seriam, ainda, obrigadas a reportar com regularidade, ao Secretário-Geral da ONU, informações relativas á forma de como administravam os territórios. O governo português, que é o mesmo que dizer Oliveira Salazar, presidente do Conselho, responde que não transmitirá qualquer informação relativamente às províncias ultramarinas e, tal recusa, teve consequências (Silva, 2006). Nem Portugal poderia ter outra posição pois, como se viu no capítulo anterior a partir da década de 50 o país surge como "uma nação pluricontinental, composta por províncias

[15] Anexo 3

[16] Carta das Nações Unidas, disponível em https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/carta_das_nacoes_unidas.pdf

europeias e por províncias ultramarinas, integradas harmonicamente no todo nacional uno. Como não possui "colónias" ou "territórios autónomos", não precisa de prestar contas à comunidade internacional do que se passa no interior das suas fronteiras". (Castelo, 1999, p. 58).

A nível internacional, em 1960, verifica-se uma grande alteração na composição da Assembleia Geral da ONU: dezoito novos Estados tornam-se Estados-Membros, quase todos eles africanos, resultantes de processos de descolonização e recém-independentes[17]. Países com um passado comum pois todos eles eram antigas colónias, com um pensamento novo e profundamente influenciados pelas ideias do pan-africanismo[18] e do movimento da negritude[19], dispostos a darem o seu apoio aos movimentos de autodeterminação e, por serem numerosos, constituíram um forte grupo de pressão. A relevância que a ONU passará a dar ao direito à autodeterminação dos povos, consagrado na Carta das Nações Unidas, como caminho para a descolonização ocorre como consequência dos novos Estados-Membros. Um dos instrumentos mais importantes surgidos como consequência da nova configuração da ONU foi a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, conhecida como a Magna Carta da Descolonização.[20] A partir da entrada dos novos Estados Membros, a maioria passa a ser favorável aos processos de descolonização. Acresce que, em Maio de 1963, a OUA foi constituída, sendo um elemento mediador entre os movimentos de libertação e a ONU, o que não teve somenos importância.

Nas palavras de Duarte Silva, "a década de 1950 fora de criação, divergências, estratégias e táticas e, ainda, após as resoluções sobre a descolonização aprovadas pela ONU em Dezembro de 1960, os movimentos nacionalistas privilegiarão a defesa da nova legalidade internacional e os factores externos tornaram-se determinantes fundamentais à sua independência" (Silva, 2006, p.18)

[17] "No final de 1960, estavam representados na Assembleia Geral da ONU 119 países. O grupo afro-asiático contava com 62 representantes (África 35 e Ásia 27), a Europa 32, a América 23 e a Oceania 2" (Castelo, 1999, p. 61)

[18] Pan-africanismo foi uma doutrina que propunha a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-africanismo

[19] O movimento da negritude foi foi uma corrente literária que agregou escritores negros de países que foram colonizados pela França. Os objetivos da Negritude são a valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afro-descendentes expressivas que foram vítimas da opressão colonialista. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Negritude

[20] Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960. Disponível em em:https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-indepcolonial.pdf

Portugal procura defender o seu império "com unhas e dentes" e inicia-se uma "frente de batalha" entre Portugal e a ONU, a qual só conhecerá fim com o 25 de Abril, em 1974. A posição de Portugal foi clara desde o primeiro momento, quer com Salazar como presidente do Conselho quer com Marcello Caetano, seu sucessor: rejeição das Resoluções da ONU e uma recusa liminar em negociar com os que apelida de "terroristas"; Cabral tentou inúmeras vezes negociar com Portugal, sem resultados, incluindo através de uma comunicação apresentada à IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Dezembro de 1962 (Sousa, 2013).

Em 12 de Agosto de 1962, Salazar faz um discurso à Nação[21] cujo título era "Política Ultramarina" e com o subtítulo "vamos a ver se nos entendemos". Em relação aos novos Estados Membros da ONU, Salazar refere que, quer a ONU, quer a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) apenas pretendiam "conjugar esforços de modo muito especial contra os nossos territórios de África" e, em consequência, isolar internacionalmente Portugal. "Também somos, além do mais e a melhor título que outros, uma nação africana" e "Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal". Também em relação aos movimentos de descolonização que se verificavam por toda a África, Salazar teve uma palavra a dizer, em particular que a base da descolonização residia somente na "transferência do poder do branco, onde o detém, para o negro que o reivindica e deve exercê-lo só por ser mais numeroso". Não é de admirar que relativamente à atuação da ONU, Salazar considerasse que a campanha antiportuguesa era provocada pelo facto de "ser hoje o continente africano o grande espaço de competição das duas mais poderosas nações – os Estados Unidos e a Rússia -, ou de três, pois a China comunista fez ali a sua aparição" (o "vaticínio" não estava errado, 60 anos decorridos pode afirmar-se que tinha razão quanto a este aspeto). Salazar termina o seu discurso de forma sibilina "nós havemos de chorar os mortos, se os vivos os não merecerem".

Após este discurso, a posição de Portugal era clara. As colónias eram uma parte de Portugal e seriam mantidas a todo o custo. "O governo português passou a considerar definitiva e indiscutivelmente legitimada a política (de defesa) ultramarina e internacional. Este discurso

[21] Politica Ultramarina – António de Oliveira Salazar. Disponível em https://delagoabayword.wordpress.com/category/historia/discurso-de-salazar-12-de-agosto-de-1963/

significou também que o regime vigente tinha superado a crise começada no início do ano crítico de 1961, que a questão colonial era agora o seu núcleo duro e que não faria qualquer cedência – nem na concepção do mundo e da história, nem à mudança dos tempos, nem à democratização, nem à descolonização. E fechava todas as portas a nível internacional" (Silva, 1995, p.20)

Mais tarde, em 1972, Amílcar Cabral referiu num discurso[22] que "Salazar não passava de um crente fanático do dogma da superioridade do europeu e da inferioridade do africano. Ele morreu, como se sabe, doente da África". Palavras extraordinárias de um homem invulgar.

A partir de 1970, a condenação pela ONU do colonialismo é concreta e o reconhecimento jurídico-político dos movimentos a favor da autodeterminação torna-se evidente; a par deste reconhecimento, o uso de "todos os meios necessários" para o direito à independência torna-se legítimo.

Em Fevereiro de 1972, a 163.ª reunião do Conselho de Segurança realizou-se em Addis Abeba. Nos múltiplos encontros que então são efetuados Cabral é convidado a estar presente, a prestar esclarecimentos sobre a situação da Guiné-Bissau, tendo-se destacado como líder do PAIGC e este como o único e legítimo representante do povo guineense. Cabral aproveita o ensejo para lançar o repto ao Conselho de Segurança para enviar uma comissão a visitar a Guiné-Bissau e, assim, poder confirmar a existência das zonas libertadas.

> "(…) durante quase dez anos de luta armada (…) libertámos da dominação colonial portuguesa cerca de 3/4 do nosso território nacional, dos quais controlamos efetivamente 2/3. Isso quer dizer concretamente que, na maior parte da nossa terra, o nosso povo dispõe presentemente de uma organização política sólida – a do nosso Partido., de uma organização administrativa em desenvolvimento, de uma organização judiciária, de uma economia nova (…); de diversos serviços sociais e culturais e de outros meios de afirmação da sua personalidade de tomar em mãos o seu destino e gerir a sua própria vida"[23] (Cabral, 1972)

Ou seja, nas palavras de Cabral verificavam-se todos os "ingredientes" que eram necessários à existência de um Estado (e de uma nação): território, população, organização

[22] Intervenção perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (XXVII Sessão)
[23] Idem

administrativa; daí Cabral ter afirmado que a Guiné-Bissau era um Estado ocupado por um invasor, sendo a luta armada uma luta de defesa do seu território.

O Conselho de Segurança aprova a Resolução S/312, que autoriza o envio de uma missão da ONU às zonas libertadas da Guiné-Bissau, o que aconteceu entre 18 de Março e 9 de Abril de 1972.Os enviados do Conselho de Segurança eram Horácio Sevilha Borja, Folke Lofgren e Belkhiria Kamel, do Equador, Suécia e Tunísia, respetivamente. Do trabalho da Comissão junto das zonas libertadas, decorre a Resolução 2918 (XXVII) de 14 de Novembro de 1972, que declara que os movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique são os representantes autênticos desses territórios. E, finalmente, a 2 de Novembro de 1973, através da Resolução 3061 (XXVIII), emanada da Assembleia Geral da ONU, é reconhecida a independência da Guiné-Bissau.

10 anos após o início da luta armada.
10 meses após o assassinato de Cabral.
O objetivo estava cumprido.

3. O TRABALHO DIPLOMÁTICO DE AMÍLCAR CABRAL

3.1. Quem foi Amílcar Cabral

Para compreender o trabalho que Amílcar Cabral desenvolveu há que compreender quem foi o homem e qual o contexto em que viveu. Descobrir o homem, as influências de pensamento que fizeram eco dentro dele, a época em que viveu, como foi moldado e motivado para a tarefa pela qual viveu e morreu. Para além das referências bibliográficas, importa conhecer e entender. O pensamento de Cabral é inquietantemente atual.

Nos dias de Cabral, tal como nos dias de hoje, viveram-se tempos de guerra e de violência; nos dias de Cabral, tal como nos dias de hoje, a diplomacia era uma arma que podia implicar resultados definitivos; nos dias de Cabral, tal como nos dias de hoje viveu-se a esperança de liberdade em terreno invadido.

Nos dias de hoje, "estamos perante uma civilização do medo. O medo como consequência de uma distribuição desigual e de uma concentração de riqueza sem precedentes" (Lopes, 2012). Nos dias de Cabral sucedia o mesmo.

Cabral foi o líder de um movimento de libertação. O que o distinguiu de todos os restantes líderes de movimentos de libertação foi a sua capacidade de ver para além das leis da guerra, sendo o seu "manifesto" "A arma da teoria" (Cabral 1966) o exemplo maior do legado teórico e político de Cabral[24]. Nesse texto "vários temas relacionados com a dominação imperialista estiveram no centro das reflexões de Amílcar Cabral, como por exemplo: a génese e a caracterização do imperialismo; o seu papel destrutivo; os aspetos políticos e jurídicos da relação entre os colonizadores e colonizados; os vínculos de dependência gerados entre os povos dominados e o resto do mundo; a trajetória de marginalização, por um lado e a globalização, por outro, que o imperialismo introduzira nas relações entre países; e, por último, a sua permanente agressão" (Sousa, 2013, p. 281 – 282).

"A obra de Cabral, tanto na vertente teórica (…) como na vertente prática, de aplicação de valores e princípios políticos, sociais, culturais e morais, mantém toda a sua atualidade (…). "Pensar pelas nossas cabeças, de acordo com a nossa realidade" é, ainda hoje, um dos grandes desafios da agenda africana atual" (Prefácio de Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, s.a., 2013).

[24] Discurso pronunciado, em nome dos povos e das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, na 1ª Conferência de solidariedade com os povos da África, da Ásia e da América Latina (Havana, 3 a 14 de Janeiro de 1966), na sessão plenária de 6 de Janeiro

Quem foi Amílcar Cabral?

Um homem que logrou colocar sob as luzes da ribalta duas pequenas colónias portuguesas – sem território digno de nota e sem recursos capazes de despertar a cobiça – pelo exercício de trabalho diplomático junto da ONU. Manuel Alegre descreve-o nas seguintes palavras: "Amílcar Cabral foi em meu entender o mais inteligente, o mais criativo e o mais brilhante de todos os dirigentes da luta de libertação dos povos africanos colonizados naquela altura pelo regime português". O poeta, político português Manuel Alegre recorda-se de um dia em Argel, onde o português estava exilado, Amílcar Cabral ter puxado os óculos para a testa, como era seu hábito, e com os olhos rasos de lágrimas ter dito: "Quando for assassinado, sê-lo-ei por um homem do meu povo, do meu partido, provavelmente fundador, ainda que guiado pelo inimigo"[25]. Amílcar Cabra foi assassinado em Conacri, aos 48 anos por membros do seu movimento, cujo envolvimento com a PIDE nunca foi provado.

Cabral nasceu no dia 12 de Setembro de 1924, em Bafatá, filho de pais cabo-verdianos, Juvenal Cabral e Iva Pimentel, ambos naturais da ilha de Santiago. (Sousa, 2013, p. 42). A migração de cabo-verdianos para o território da Guiné foi uma constante da história colonial, acelerada no início do século XX. A migração cabo-verdiana para a Guiné procurava sobretudo fugir da fome que assolava ciclicamente as ilhas e que dizimava grande parte da população, e beneficiar das condições favoráveis de distribuição de terras nesse território. "Desde os primórdios da sua descoberta (da Guiné) que os seus assuntos tinham sido entregues ao governo-geral de Cabo Verde, com sede na ilha de Santiago, o que fazia da Guiné uma colónia de outra colónia (Tomás, 2007, p. 36). Os pais de Amílcar Cabral conheceram-se na Guiné, para onde ambos tinham emigrado, certamente em busca de uma vida melhor.

Cabral passou toda a sua primeira infância na Guiné, mas em 1932, os seus pais regressaram a Cabo Verde, embora tenha regressado à Guiné. Quando se fixou em Cabo Verde, viveu uns anos na ilha de Santiago mas devido ao facto de o único liceu de Cabo Verde (e o primeiro em todas as colónias) se situar na cidade do Mindelo (ilha de S. Vicente), Cabral foi para lá estudar, tendo terminado o liceu em 1944.

[25] Quarenta anos após a morte de Cabral o que resta do seu sonho africano? Disponível em https://www.dw.com/pt-002/quarenta-anos-ap%C3%B3s-a-morte-de-am%C3%ADlcar-cabral-o-que-resta-do-seu-sonho-africano/a-16803396

Em 1945, Cabral ruma em direção a Lisboa, para estudar no Instituto Superior de Agronomia, "graças à obtenção de duas bolsas: uma do Liceu de Cabo Verde, obtida por mérito e, outra a concurso, da Missão dos Estudantes do Ultramar" (Tomás, 2007, p. 59); a este respeito Sousa (2013) afirma que as bolsas de Cabral eram uma do Liceu de Cabo Verde, obtida por mérito e outra da Casa dos Estudantes do Império. É nesta altura que Cabral inicia a sua atividade política, inicialmente ligado à Casa dos Estudantes Império – CEI. A casa era uma instituição que tinha como objetivo apoiar os estudantes africanos que iam estudar para Lisboa. Todos os estudantes africanos estavam de alguma forma ligados à CEI e as conversas e adesão a novas correntes de pensamento ocorreram nessa época.

O ano que marca a chegada de Cabral a Portugal – 1945 – foi um ano carregado de acontecimentos que foram determinantes para o fim do colonialismo em geral e para a definição do caminho que Cabral tomaria, em particular.

Foi em 1945 que a Carta das Nações Unidas foi aprovada, no seio de uma ONU nascida das cinzas do fracasso da Sociedade das Nações e num mundo pós-guerra, profundamente ferido. Na Carta das Nações Unidas, no número 2 do artigo 1º é consagrado "o direito à autodeterminação dos povos".

Foi em 1945 que a afirmação do pan-africanismo ocorreu, através da realização do Congresso de Manchester. Desse Congresso, saiu a declaração que termina com as seguintes palavras: "Nós proclamamos o direito, para todos os povos colonizados, de assumirem o seu próprio destino (…) a longa noite está morta (…) Povos colonizados e oprimidos de todo o mundo, uni-vos" (N'Kruma, 1945). Começou, transversalmente, a formar-se uma consciência africana característica da atualidade, em torno da ideia de desenvolvimento de uma identidade própria, sem influência de terceiros.

De igual forma, as ideias de Frantz Fanon mexiam com os espíritos mais ambiciosos e inquietos e uma das suas obras "Os condenados da Terra", apresentava um prefácio demolidor, da autoria de Sartre: "Não faz muito tempo que a terra tinha dois biliões de habitantes, isto é, quinhentos milhões de homens e bilião e quinhentos milhões de indígenas. Os primeiros dispunham do Verbo, os outros pediam-no emprestado" (Sartre, 1961); os condenados da Terra foram publicados na década de 60, mas foram um marco importante na consolidação da tomada de consciência de Cabral, nada indica que existiram momentos de epifania instantânea, mas um processo com múltiplos degraus.

Assim, quando Cabral chegou a Lisboa, as ideias fervilhavam e uma nova consciência emergia: a da cidadania africana plena. Para um jovem estudante universitário, oriundo de Cabo Verde, todas as mudanças que se viviam e novas correntes de pensamento devem ter sido fascinantes e catalisadoras de uma profunda tomada de consciência.

Em virtude da influência do pan-africanismo, desde sempre Cabral considerou a identidade dos povos africanos de acordo com um princípio de unidade, assim como sempre se empenhou na procura de relações baseadas na solidariedade entre os povos africanos. Na construção teórica de Cabral, nunca existiu a supremacia de um povo ou de uma cultura relativamente a outra; conforme ele próprio afirmou "aqui não há nem manjaco, nem papel, nem mandinga, nem balanta, nem fula, nem sussu, nem biafada, nem filho de cabo-verdiano. Aqui há filhos da Guiné e de Cabo Verde que querem lutar pelo Povo"[26] (Cabral, 1960).

Foi em Lisboa que Cabral conheceu estudantes oriundos de outras colónias e desse contacto, a par do conhecimento das novas correntes de pensamento, foi iniciando a sua tomada de posição em relação à autonomia dos povos africanos e à sua defesa dos interesses destes. Uma vez concluída a licenciatura, Cabral iniciou o seu trabalho como engenheiro agrónomo, primeiro em Portugal e depois na Guiné, onde efetuou o recenseamento agrícola, que lhe permitiu um profundo conhecimento da Guiné o que foi grande utilidade quando a luta armada foi iniciada.

Cabral, quando decidiu cursar agronomia, certamente não imaginava a aplicação prática do curso, em termos de luta pela independência, pela simples razão que a mesma ainda não existia. Contudo, o conhecimento que teve da geografia da Guiné, quando fez o recenseamento agrícola do país (como funcionário do Estado Novo, o que não deixa de ser irónico) permitiu-lhe não só conhecer o terreno e as culturas que se praticavam como – e acima de tudo – entender o tecido social do país. Todos esses fatores reunidos contribuíram de forma decisiva para o sucesso da implantação do PAIGC na Guiné profunda, na Guiné rural, que foi a base de toda a luta.

[26] Discurso feito em Dakar

Em 1956, no dia 19 de Setembro, em Bissau, Amílcar Cabral juntamente alguns amigos fundam o PAI (Partido Africano para a Independência), que mais tarde viria a tomar o nome de Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), conforme conta Luís Cabral (L Cabral, 1984). 19 de Setembro de 1956 é a data oficial de fundação do PAI, muito embora a data exata da constituição do PAI/PAIGC não se revista de particular importância, pois o que importa é o facto de que constituiu o momento de arranque de um movimento de libertação que se veio a revelar muito eficaz, liderado por Amílcar Cabral; a fundação do PAIGC foi a consequência lógica de um percurso pessoal há muito iniciado.

Toda a luta pela independência da Guiné e de Cabo Verde foi levada a cabo com uma convicção profunda de que era uma luta justa, uma verdadeira profissão de fé.[27] Cabral logrou transmitir aquela convicção aos homens que combatiam, ou pelo menos a alguns deles.

Cabral foi um homem multifacetado: foi poeta, foi político, foi estratega militar, foi diplomata. Em todas essas facetas, conseguiu elevar-se acima do comum. Todo o edifício teórico que construiu é original, arrojado e diferenciado.

Refere Carlos Lopes, "o discurso atual sobre a multiculturalidade já era feito por Cabral nos anos 50 do século passado. As suas teses sobre o carácter civilizatório da luta de libertação nacional têm a ver com a defesa das manifestações culturais, como um ato de cultura. Cabral foi o único dirigente de guerrilha capaz de articular uma tese deste tipo" (Lopes, 2012, p. 31).

Cabral era um acérrimo defensor do pensamento crítico, do questionar permanente, é um elemento presente em todos os textos que escreveu. Até Fanon foi por ele posto em causa, em particular no que diz respeito ao suicídio da pequena burguesia[28].

[27] Nas palavras do Comandante Júlio Carvalho "(…) a fé enorme que ele (Cabral) trazia e que sabia transmitir às pessoas com as quais contactava (…)". Conversa ocorrida dia dia 1 de Fvereiro de 2022, na Ilha do Sal. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1_cjHBgKjUJAvc2O92RK_J1FBuOrK3Ts5/view?usp=sharing

[28] Talvez a mais controversa construção teórica de Cabral, "Para evitar que a pequena burguesia sucumbisse ao desejo natural de usurpar o poder, era necessário consolidar um processo político que levasse à renúncia dos desejos burgueses da pequena burguesia, através de um haraquiri de classe (Lopes, 2012, p. 39)

> "Cabral achava que as condições para que tal acontecesse só poderiam ser observadas depois da independência. Fanon defendia que a identificação com a revolução por parte das elites só tinha sentido antes e não depois do seu envolvimento na revolução. Estas visões contraditórias alargavam-se à focalização por Fanon no carácter fundamental dos camponeses que Cabral considerava apenas como força física (…), distinta do papel de liderança. (…) Para Cabral o conjunto das classes sociais de um território colonizado transformava-se em classe nacional, deixando para depois a inerência dos seus conflitos internos. (…) O que fica em aberto é como interpretar a lição de humildade de Cabral em considerar que o desafio das elites e da pequena burguesia era o de não trair os ideais de luta de libertação nacional" (Lopes, 2012, p. 39)

Cabral vivia para uma única realidade: a luta de libertação. "Contra quem é que o nosso povo tem que lutar? "(…) Nós, como colónias de Portugal na Guiné e em Cabo Verde, somos dominados pelo estrangeiro, mas não são todos os estrangeiros que nos dominam e, dentro de Portugal, não são todos os portugueses que nos dominam"[29] (A. Cabral, s.d.)

O pensamento de Cabral caracterizou-se por um pragmatismo desarmante e o pragmatismo e o permanente espírito crítico impediram que Cabral se tornasse marxista, ou liberal, ou que aderisse a qualquer um dos blocos existentes na época em que viveu. O pragmatismo que caracterizava Amílcar Cabral foi corroborado por Chabal, "another important aspect of the party which derived from Cabral's pragmatism was the lack of ideological dogmatism or rigidity". (Chabal, 2003, p. 65).

Cabral é uma inspiração plena de contemporaneidade. Nas palavras de Carlos Lopes (2006) "Yet the key dimensions confronted by globalization – inequality and poverty reduction, sustainability of the planet, power differentials, ethical and religious challenges – so present in the nationalist movement of the 1950s and 1960s remain familiar".

[29] A Luta do Povo

Mustafah Dhada entendeu como poucos a atualidade do pensamento de Cabral, " (…) His framework of a national conference could well help address broader national crises threatening the very fabric of constitutional politics, national integrity and sovereignty. This concept has recently been proposed as an idea in praxis and is to be found in a published text penned by this author on the national crises that America faces. In a few words then, Cabral is indeed relevant in the world in which we presently live" (Dhada, 2013, p. 156).

Um homem esclarecido, além do seu tempo. Um orador brilhante, capaz de aliar o pragmatismo e o exercício da "arte da guerra" a uma construção teórica inovadora. O primeiro africano dirigente de um povo em luta a usar da palavra na qualidade de observador, perante a IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, em 1972 (Comitini, 1980). Não obstante tudo o que foi e tudo o que fez, Cabral é uma figura que tem sido pouco estudada e até esquecida, muito embora em Março 2020 tenha sido considerado o segundo maior líder mundial de todos os tempos, numa lista elaborada por historiadores para a BBC.

3.2. Amílcar Cabral como precursor da Diplomacia pela Humanidade?

Ao longo deste capítulo vai tentar-se provar que a diplomacia que Amílcar Cabral fez foi uma verdadeira diplomacia pela humanidade, atual, vibrante e eficaz.

Deu-se a este trabalho o título "O Desbravador de Caminhos – A diplomacia de Amílcar Cabral aplicada à diplomacia pela humanidade" e é importante refletir acerca do conteúdo e da forma da diplomacia de Cabral, no sentido de provar que a escolha do título nada mais é do que a afirmação de uma verdade.

Percursor: [30](latim *praecursor, -oris*, o que vai à frente). Que ou quem é o primeiro a apresentar determinadas ideias ou acções. = PIONEIRO, PRÓGONO

Amílcar Cabral não foi o único precursor da diplomacia pela humanidade, outros houve entre eles Ghandi, Luther King ou Nelson Mandela. Todos eles têm um denominador comum:

[30] **"precursor"**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/precursor [consultado em 22-07-2022].

foram líderes de movimentos em prol da liberdade, embora em momentos distintos, formas de luta distintas e até objetivos distintos; Ghandi lutou contra a opressão de uma potência colonial, Luther King contra o racismo nos Estados Unidos da América, Mandela contra o apartheid. Cabral lutou contra uma potência colonial, lutou pela independência de um território e pelo reconhecimento da singularidade de uma cultura africana, tudo em simultâneo.

Cabral sistematizou todas as suas ideias e deixou um legado político e teórico que é notável, foi o primeiro líder africano a fazê-lo e usou a diplomacia como nenhum africano até então tinha usado. Mais tarde, Mandela também o fez, talvez inspirado pelo exemplo de Cabral, a quem admirava. Aliás, no seu livro de memórias, *A Ponta da Navalha*, o jornalista francês Gérard Chaliand, que acompanhou e divulgou a Luta de Libertação na Guiné-Bissau, conta que quando disseram a Nelson Mandela "tu és o maior", Mandela replicou com toda a simplicidade, "não o maior é Cabral".[31]

O que distingue Amílcar Cabral de todos os outros não é só o conteúdo da sua mensagem, mas a forma como o fez. Cabral entendeu, de uma forma clara, que a via diplomática, usada de forma inteligente e persistente, seria uma frente de batalha que poderia permitir ganhar a guerra.

E quando se diz a guerra, não é só ganhar a luta armada (que foi uma inevitabilidade, face à política colonial defendida por Oliveira Salazar e Marcello Caetano) mas sim conseguir o objetivo final: a autodeterminação dum povo, conforme o consignado no nº 2 do art. 1º da Carta das Nações Unidas.[32]

Da clareza de espírito que caracterizava Cabral nasceram as expressões "combatentes anónimos pelos direitos humanos"[33] e "soldados da humanidade": "Devemos considerar-nos soldados, muitas vezes anónimos, mas soldados da humanidade" (Cabral, 1965)[34]. Ou, como disse noutra ocasião, "(…) nós somos combatentes anónimos da causa da ONU (…) repudiando a condição de mendigo da liberdade, que não se coaduna com a dignidade e o direito sagrado do nosso povo a ser livre e independente (…)" (Cabral, 1972)[35]. A forma é inovadora e a consciência de que lutava em prol da humanidade está presente em todo o pensamento diplomático de Cabral.

---

[31] Quarenta anos após a morte de Amílcar Cabral o que resta do seu sonho africano? Disponível em https://www.dw.com/pt-002/not%C3%ADcias/s-13918

[32] "Carta das Nações Unidas", disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/normativa_internacional/Sistema_ONU/SU.pdf

[33] "Combattants anonymes de la cause de l'ONU",1962. Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39856 (2022-8-21)

[34] 2ª Conferência da Conferência das Organizaçoes Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

[35] Intervenção perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral da ONU, Outubro de 1972.

> "Cabral´s skills as a diplomat contributed significantly to the ultimate success of the PAIGC. As his first wife said: He was more of a diplomat than a revolutionary who enjoyed carrying arms. His mind was revolutionary, so where his goals. But his personality was that of a diplomat" (Chabal, 2003).

Cabral dedicou-se a essa frente de batalha, que denominava de "relações externas do partido".

No livro *Itinerários de Cabral* (2018) através da leitura de postais que enviava à mulher, Ana Maria Cabral, podemos ter uma ideia das inúmeras deslocações que efetuava, ao ponto de "serem um motivo de fricção com outros membros do Partido, gerando críticas de que estaria a dar demasiada atenção à atividade diplomática em detrimento da luta armada" (s.a., 2018). No mesmo sentido, Sousa (2013) e Chabal (2003).

> "As deslocações de Amílcar Cabral tinham por objetivo a criação de uma rede de contactos e garantir a participação de delegações do PAIGC em reuniões regionais e internacionais. (…) Reconhece-se a existência de várias fases na sua ação diplomática, sendo que a primeira terá decorrido entre 1960 – 1963. Nesta etapa, quando o PAIGC estava a afirmar-se e a preparar a luta armada, Amílcar Cabral orientou as suas deslocações para países africanos, socialistas e ocidentais. Num segundo momento, de 1964–1968, altura em que procurava o reconhecimento internacional do PAIGC e a consolidação das relações com organizações de solidariedade, alargou o número de viagens, destacando-se a insistência nos países ocidentais e um ligeiro aumento do contacto com os socialistas. Na última fase, após 1969, em que o PAIGC pretendia a definição da situação jurídica da Guiné a nível internacional, Cabral estendeu as suas visitas a um conjunto ainda maior de países, nomeadamente aos que tinha ligações a Portugal no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Nato)" (Santos, 2018, p. 24)

A demanda diplomática de Cabral foi morosa e intensa. Muitas deslocações e muitos desaires ocorreram, entre a primeira petição enviada por Cabral à Quarta Comissão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e a afirmação de que o Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era o representante autêntico da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, decorreram 10 anos. Cabral, nesses dez anos, tornou-se uma

personalidade respeitada e incontornável. Em 1972, "Cabral's statute as the most successful African revolutionary leader was firmly established even in the Western countries whose governments continues to support Portugal in its colonial wars[36]" (Chabal, 2003, p. 1).

O reconhecimento do movimento de libertação da Guiné e de Cabo Verde e a consequente afirmação o PAIGC na arena internacional não teriam tido a projeção e o sucesso que tiveram sem o trabalho diplomático encabeçado por Cabral. Esse foi o elemento diferenciador entre o PAIGC e muitos outros movimentos que existiam na época, com o mesmo objetivo e que "ficaram pelo caminho".

[36] África do Sul, Rodésia, Malawi, Essuatini, Botswana, Espanha. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Colonial_Portuguesa

3.3. Amílcar Cabral e a Diplomacia pela Humanidade

Amílcar Cabral foi um andarilho os arquivos da PIDE/DGS assim o comprovam[37], bem como os postais escritos pelo seu punho e enviados a Ana Maria Cabral;[38] moveu-se pelo mundo inteiro, numa demanda incessante de apoios em várias frentes para o PAIGC e em prol do reconhecimento internacional do movimento que liderava.[39] Apresentou-se perante a Organização das Nações Unidas (ONU) como um "combatente anónimo pelos direitos humanos" e a sua luta confunde-se com a de todas as pessoas e organizações que se batem pela defesa da humanidade; as que o fizeram antes e as que o fazem agora.

A luta pelo reconhecimento do PAIGC, pela independência da Guiné e de Cabo Verde, pelo reconhecimento da personalidade jurídica internacional do PAIGC foram um passo na luta pelos direitos humanos: o direito dos povos à autodeterminação, o direito à liberdade, à independência, à dignidade; o direito a ter uma pátria e à cidadania plena.

> "(…) qual é a mais brilhante manifestação de civilização e de cultura do que a de um povo que pega em armas para defender a sua pátria, para defender o seu direito à vida, ao progresso, ao trabalho, e à felicidade? (…) Devemos considerar-nos como soldados, muitas vezes anónimos, mas soldados da humanidade (…) estaríamos prontos todos nós, a ir para onde fosse a fim de nos batermos pela dignidade do homem, pela felicidade do homem. (…) É exatamente neste âmbito que devemos ter a coragem (…) de proclamar em voz alta, as nossas opções fundamentais, as nossas opções a favor da humanidade" (Cabral, 1965).

Na terminologia escolhida para este trabalho, encontrou-se o termo "diplomacia pela humanidade"; foi a diplomacia de Amílcar Cabral. Cabral foi um diplomata exímio, incansável e internacionalmente reconhecido.

> "Entre os representantes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, Amílcar Cabral foi talvez o que mais marcou presença em fóruns nacionais e internacionais (…) Cabral orientou as suas deslocações para projetar o PAIGC e a sua luta pela independência da Guiné e de Cabo Verde o que (…) resultou no grande

[37] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PIDE/DGS NT-2677 Proc. SR 1975/50 – Pasta 7; PIDE/DGS NT-2677 SC SR Proc. 1975/50 – Pasta 8; PIDE/DGS NT-2677 SR Proc. 1915/50 – Pasta 9
[38] Os itinerários de Cabral (2018)
[39] Anexo 2

> prestígio que ele e o movimento alcançaram (…) a consistência de Cabral proporcionou que em meados da década de sessenta o PAIGC começasse a afirmar-se como o principal interlocutor para a Guiné e Cabo Verde. As intervenções de Cabral destacavam-se pelo cuidado colocado na sua preparação, uma vez que se baseavam numa sólida pesquisa" (Santos, 2018, p. 44 - 46).

É verdade que Cabral conseguiu alcançar notoriedade e chamar a atenção internacional para o movimento que liderava, mas tal foi fruto de grande trabalho; sem sangue, suor e lágrimas nada se consegue, em particular no que toca à defesa pela humanidade.

A diplomacia pela humanidade implica fundos e doações; o movimento que Cabral liderava implicava a necessidade de fundos e doações vultuosas, pois traduziam-se em armas, bens essenciais, treino militar e reconhecimento e apoio por parte da comunidade internacional. Na época vivia-se em plena guerra fria, o mundo dividido em dois blocos, separado pela apelidada de "cortina de ferro": o ocidente liderado pelos Estados Unidos e o bloco de leste, liderado pela URSS. Um mundo separado e unido pelo mesmo medo: o de um ataque nuclear. Países havia que, por opção, não estavam integrados em nenhum dos dois blocos então existentes, mantendo uma posição de neutralidade em relação aos mesmos; eram os países não-alinhados, entre os quais se contava a Suécia. A Suécia foi um grande doador do PAIGC, no que a ajuda não-militar diz respeito.

O PAIGC tinha uma enorme necessidade de bens essenciais: alimentos, sabão, cigarros, fósforos, material escolar e graças à ajuda da Suécia, foi possível criar "os armazéns do povo" nas zonas libertadas, onde os produtos doados eram transacionados (através de trocas diretas de produtos agrícolas e assim amenizava-se a vida de quem vivia num teatro de guerra)[40]. "A satisfação das necessidades das populações era, e devia ser, o supremo combate dos políticos e uma forma de legitimar o partido" (Sousa, 2013, p. 385).

Em Maio de 1969 a Comissão Permanente do Parlamento sueco apoiou uma política de ajuda humanitária oficial aos movimentos de libertação da África Austral e da Guiné-Bissau. Essa ajuda "não poderia entrar em conflito com o primado internacional, no âmbito do qual se

[40] Nas palavras de Ana Maria Cabral "(…) nos armazéns do povo guardava-se todo o material que se recebia e depois faziam requisições (…) e nas zonas libertadas compravam-se (os produtos) através de trocas diretas (…). Conversa ocorrida dia 9 de Fevereiro de 2022, na Cidade da Praia. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1VpA7HQV-UQ5DwpkCTHvQ_YMtKf7mInpe/view?usp=sharing

define que nenhum estado tem o direito de interferir nos assuntos internos de outro. Contudo, relativamente aos movimentos de libertação de África, a ajuda humanitária e o apoio e formação académica não devem ser interpretadas como estando em conflito com as referidas normas internacionais" (Sellström, 2008 p.13)

Estava aberta a porta para que a Suécia pudesse prestar auxílio ao PAIGC, de forma direta e oficial. Na verdade, as doações que a Suécia passou a fazer iam de encontro às recomendações da ONU que apelavam repetidamente, através das Resoluções, para que os seus estados-membros aumentassem a ajuda aos povos das colónias portuguesas. Amílcar Cabral, inteligentemente, aproveitou a maré. "Cabral era um mestre da diplomacia (…) uma pessoa notável e uma grande figura internacional, que era portador de uma mensagem extremamente positiva (Pierre Schori, citado por Sellström, 2008, p.150).

> "O primeiro programa global sueco alguma vez concebido para a ajuda humanitária direta e oficial a um movimento de libertação africano foi criado em conjunto com o PAIGC, o qual, por sua vez, estava profundamente empenhado numa luta armado contra uma nação europeia que tinha relações comerciais formais com a Suécia, facto que determinou o carácter e as limitações da ajuda. (…) Apesar disso, as autoridades passaram, pouco tempo depois, a equacionar a ajuda "humanitária" como ajuda "não-militar" ou "civil" e, consequentemente, a alargar o âmbito da operação" (Sellström, 2008, p. 151)

O alargamento da ajuda traduziu-se em material médico e escolar, uma vez que nas zonas libertadas (e em Conakri) existiam centros médicos do PAIGC, assim como escolas.

Muito embora Amílcar Cabral tenha exercido a diplomacia pela humanidade em várias frentes, a mais importante de todas elas foi a que respeita à ONU. Apresentou-se perante a Organização como um combatente anónimo da causa da ONU, em particular numa intervenção notável perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em Outubro de 1972 na qual afirmou:

> "nós não estamos apenas conscientes da legalidade da nossa luta: estamos conscientes de que, lutando por todos os meios pela liberdade do nosso país, lutamos em defesa da legalidade internacional. A nossa luta perdeu o seu carácter estritamente nacional para se projetar no campo internacional (…) para nós, a única diferença que existe entre o

> soldado indiano ou o aviador italiano (…) e o nosso companheiro que é morto na Guiné ou em Cabo Verde reside no facto de que, estando no nosso próprio país ao serviço do mesmo ideal, nós somos combatentes anónimos da causa da ONU" (Cabral, 1972)

Foi graças à sua atuação junto daquela organização que, a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau foi reconhecida em Assembleia Geral, conforme o atesta a Resolução 3061, de 2 de Novembro de 1973 (Cabral já não assistiu ao culminar do seu trabalho, pois havia sido assassinado em Conakri, a 20 de Janeiro de 1973).

Observa Santos: "O PAIGC terá utlizado a ONU como instância para obter legitimidade, procurando forjar através da sua atuação na arena internacional uma unidade nacional para as colónias que afirmava representar: a Guiné e Cabo Verde". Dentro dos organismos da ONU o desenvolvido junto do Comité de Descolonização foi de grande relevância, Cabral "procurou utilizar o Comité de Descolonização como uma tribuna para denunciar o colonialismo português e para alcançar audiência junto da opinião pública internacional" (Santos, 2016)

Facilmente se pode compreender como tudo estava ligado: Cabral, através da ONU garantia a visibilidade que lhe permitia conseguir apoios de outras fontes e ajuda internacional. Os territórios pelos quais combatia eram pobres e, não obstante, Cabral conseguiu torná-los conhecidos a nível internacional. Conseguia visibilidade perante a opinião pública internacional, as relações com outros países africanos – em particular os membros da OUA – a ONU e até a Igreja Católica.

No dia 1 de Julho de 1970, Cabral logrou ser recebido em audiência pelo Papa Paulo VI [41] [42](juntamente com Agostinho Neto e Marcelino dos Santos) . "Depois desse encontro, Amílcar Cabral desencadearia uma campanha que tinha como alvo os católicos, sobretudo os portugueses que, embora fossem contrários à violência da luta armada, não deixavam de ser sensíveis aos problemas humanitários da guerra da Guiné" (Tomás, 2007, p. 250)

A luta armada existia, não é possível negar. Mas, como se demonstrou, Cabral logrou ir para além da guerra; através de uma diplomacia orientada de forma inteligente, conseguiu os

[41] Paulo VI e os PALOP: Evocação de alguns aspectos marcantes. Disponível em https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2018-08/paulo-vi-e-os-palop-evocacao-de-alguns-aspectos-marcantes.html

[42] Segredos de uma audiência. Disponível em https://expresso.pt/arquivos-expresso/2020-07-01-Segredos-de-uma-audiencia.-Quando-o-Papa-recebeu-as-guerrilhas-das-antigas-colonias-portuguesas

fundos, a sustentabilidade, o reconhecimento internacional. Sem pôr em causa a importância da luta armada, "não seria pela via militar que o PAIGC libertaria a Guiné, mas sim pela ação política no interior e pela via diplomática, no exterior" (Tomás, 2007, p. 243).

Cabral foi um "Fazedor de Utopias" (título escolhido por António Tomás para a biografia que escreveu acerca de Amílcar Cabral), pela simpres razão que as utopias, às vezes, são concretizadas: quando se sabem aproveitar as marés, quando se tem uma convicção profunda da justiça das opções, quando se trabalha pela humanidade.

3.4. Os ensinamentos de Amílcar Cabral

Cabral deixou uma vasta obra e nada melhor do que recorrer a textos escritos pelo próprio para (re)descobrir o seu pensamento, para constatar a atualidade do mesmo e para aferir a aplicação prática à diplomacia pela humanidade. Amílcar Cabral tinha uma característica, que é própria dos grandes comunicadores: sabia dirigir-se a todas as pessoas e fazer-se entender por toda a gente. Tanto discursava perante uma Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas como para uma assembleia de combatentes, muitos deles sem escolaridade.

Nos seus ensinamentos podem retirar-se algumas expressões que tanto se podem aplicar a um partido político como a uma organização, seja ela uma ONG ou até mesmo uma empresa; no âmbito deste trabalho, considerou-se que algumas dessas expressões são ensinamentos, conforme se segue:

Unidade e luta

Esta expressão "Unidade e Luta" era a divisa do PAIGC (L. Cabral, 1984). Unidade interna (dentro do Partido) e externa (entra a Guiné e Cabo Verde). Contudo, Unidade e Luta era uma expressão com um sentido político, bem mais alargado. Afirmava Cabral:

> "(…) o sentido de unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo" (A. Cabral, s,d,)[43] E ainda, (…) a questão é descobrir qual é o grau de

[43] Unidade e Luta

> unidade suficiente que pode permitir o desencadear e garantir o avanço vitorioso da luta" (Cabral, s.d.)[44]

Apenas com estes dois excertos, já se podem tirar algumas conclusões que se aplicam à diplomacia, a alianças, às organizações: sem existir união entre os membros de uma determinada organização, não é possível prosseguir objetivos e a medida da unidade não é sempre a mesma, tem uma graduação.

Segundo Cabral, o problema da unidade só se colocava (e coloca) porque há sempre pessoas e ideias diferentes e, sobretudo, com situação económica diferente "(…) para ter unidade é preciso ter coisas diferentes. Se não forem diferentes, não é preciso fazer unidade"[45]

"A unidade é um meio para lutar e, como todos os meios, tem uma certa quantidade que chega"[46] (na perspetiva de Cabral a unidade é um meio e não um fim).

A aplicação deste princípio aos dias de hoje e a quem pratica diplomacia pela humanidade é fundamental. O alerta à unidade só pode trazer benefícios, os movimentos sindicais assim o provam.

Independência de pensamento e de ação

Afirmou Cabral, em 1969, "Não devemos fazer concessões sobre os nossos princípios. Seja no plano interno, na nossa vida interna, seja no plano externo, das nossas relações no campo exterior" (Sousa, 2013, p. 488).

Dizia Cabral:

> "Todas as decisões que nós tomamos (…) em relação ao nosso trabalho no interior da nossa terra, no plano africano ou no plano internacional, são tomadas na absoluta independência da nossa maneira de pensar e de agir. Esse é um princípio sagrado nosso, que temos que defender custe o que custar."[47]

[44] Uma luz fecunda ilumina o caminho da luta
[45] Unidade e Luta
[46] Idem
[47] Princípios do Partido: Independência do pensamento e de ação

Esta intransigência pode denominar-se de ética, muito embora o próprio Cabral tenha reconhecido que "(…) a independência é sempre relativa. (…) até mesmo decisões em relação ao material de guerra, por exemplo, ou à nossa ação, não dependem só de nós, dependem também dos nossos amigos que nos ajudam, Mas isso não quebra a verdade deste princípio"[48]

Cabral defendeu este princípio da independência "com unha e dentes" e em várias frentes.

A luta é a ação de cada dia contra nós mesmos e contra o inimigo

Não se pode olvidar que Cabral vivia uma situação de luta armada. Num contexto em tempos de paz, o termo inimigo pode trocar-se por opositor ou adversário, que o sentido do ensinamento não se altera.

A este respeito, ensinava dizia Cabral:

> "E essa luta devemos fazê-la onde for necessário. Primeiro dentro da nossa terra, porque o arroz cozinha-se dentro da caldeira, não é fora dela. Mas não devemos esquecer nunca que uma luta (…) tem de se fazer fora da nossa terra, tanto contra os inimigos, como junto dos amigos, para conseguir os meios necessários para a nossa luta" (A. Cabral, s.d.)[49]

A aplicação prática deste ensinamento no que respeita a "tanto contra os inimigos, como junto dos amigos", traduziu-se nos apoios que Amílcar Cabral conseguiu, em apoios vindos de toda a parte e mesmo junto dos países aliados de Portugal (Sousa, 2013, p. 477).

Uma referência clara à necessidade de diplomacia, um ensinamento que não deve desdenhar quem se propõe a fazer diplomacia pela humanidade.

Entendia Cabral que ligado a este princípio (a luta é uma ação de cada dia) estava um outro, "(…) devemos lutar sem corridas, lutar por etapas, desenvolver a luta progressivamente, sem fazer grandes saltos"[50] – lutar como quem lança uma semente à terra, para nascer e crescer.

---

[48] Idem
[49] O nosso Partido e a luta
[50] Idem

O trabalho político é um trabalho fundamental

Para Amílcar Cabral, tudo era política, "(…) o trabalho político é um trabalho fundamental da nossa luta (…) cada tiro é um ato político também." E acrescentava:

> " (…) nós sentimos que não fazemos a distinção entre política e outras coisas, porque tratar da saúde da nossa gente, ensinar, fornecer à nossa população tecidos e outras coisas para poderem melhorar a sua vida é política. Dar tiros, trabalhar no plano internacional, é política" (A. Cabral, s.d.)[51]

Esta consciência de que tudo é política revela uma clareza de pensamento que deve ser seguida, porque se traduz no (re)ajuste de um paradigma; as atividades e fins das ONG, por exemplo, não consistem em fazer caridade, mas sim em atos com conotação política.

Aparentemente são princípios redundantes, mas na verdade todos estes princípios enunciados por Cabral revelam uma profundidade enorme e podem, em particular ser estudados e aplicados por atores não governamentais, ao fazerem – eles também – diplomacia pela humanidade no século XXI.

[51] Para uma melhoria do nosso trabalho político

4. CONCLUSÕES: A DIPLOMACIA PELA HUMANIDADE

Amílcar Cabral foi um diplomata que em tempo de Diplomacia Pública utilizou a ferramenta que é o soft power; foi um líder com carisma, cuja liderança teve características de liderança transformacional; tinha legitimidade, conferida pelos seus liderados e pela comunidade internacional. Mas se não tivesse vivido no tempo certo, com as circunstâncias propícias, tudo se teria passado de outra forma. Cabral soube aproveitar as marés, certamente que entendeu ou intuiu que as peças estavam alinhadas de forma a possibilitar que a luta pela independência da Guiné e de Cabo Verde pudesse ser travada, da forma como ele entendia que deveria ser travada. Desde o início da guerra que Cabral, incansavelmente, liderava uma campanha diplomática intensa, com uma "nuance" que lhe deu um cariz único: mais do que ser o representante de um partido que era a face de um movimento nacionalista, Cabral foi um paladino dos direitos humanos, porque a liberdade e o direito à autodeterminação dos povos são direitos humanos. Fez diplomacia pela humanidade.

Ao longo deste trabalho foi feita uma reflexão acerca de Amílcar Cabral e do seu trabalho diplomático, com o objetivo de tentar provar que Cabral foi um precursor da diplomacia pela humanidade, "o desbravador de caminhos".

Não foi um caminho isentos de dificuldades, sendo que uma das principais foi a escassa bibliografia sobre o trabalho diplomático de Cabral; encontram-se obras de fundo acerca de Cabral político, de Cabral estratega, de Cabral líder do PAIGC, mas em relação à diplomacia poucos se debruçaram sobre o assunto aprofundadamente.

Além disso, o termo "diplomacia pela humanidade" é muito recente, só foi encontrado uma vez num artigo escrito por Javier Solana (2020), intitulado The case for "Human Diplomacy".

Não obstante, foi possível através de várias leituras reunir elementos suficientes que tornaram possível comprovar que a resposta à questão de saber se Cabral foi um precursor da diplomacia pela humanidade só poder ser afirmativa.

Amílcar Cabral foi um homem à frente do tempo em que viveu, um visionário que logrou concretizar a sua visão. Podia ter feito todo o trabalho diplomático que fez em nome da luta pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, mas foi para além disso quando se apresentou como um combatente pelos direitos humanos. Ao colocar a tónica da sua argumentação nos direitos humanos, Cabral foi além da luta pela independência, pois transformou-a num direito humano, tal como está consignado na Declaração Universal dos

Direitos Humanos (DUDH), Resolução emanada da Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948 e em cujo preâmbulo se poder ler:

> "Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum."

Além disso, Cabral usou soft power com mestria, numa época em que o termo ainda não tinha sido inventado; viveu sob a égide da Diplomacia Pública e usou os instrumentos da Nova Diplomacia Pública. Era um líder e exerceu a sua liderança de forma eficaz com a convicção profunda de que a luta era justa. No PAIGC "cada militante tomaria o compromisso solene de dar tudo, incluindo a própria vida, para a realização integral do programa de unidade nacional na Guiné e em Cabo Verde" (Madeira, 2018). Amílcar Cabral tinha legitimidade, conferida por uma multiplicidade de pessoas que aderiram ao movimento pela independência. E toda a identidade de Cabo Verde, a narrativa histórica comum que constitui a essência da unidade da nação, assenta em Cabral.

Todo o pensamento de Cabral é contemporâneo, pelo que os seus ensinamentos podem ser aplicados aos dias de hoje. Talvez a história se repita, talvez não, mas não se pode negar que o ocidente está a viver tempos difíceis, em que as assimetrias sociais são cada vez maiores, a possibilidade da utilização de armas nucleares assombra as pessoas e se desconhece a dimensão das consequências da guerra na Ucrânia, assim como a duração da mesma. Perante o quadro atual, a criação do Direito Interno da Humanidade terá – certamente - que esperar.

Neste meio tempo que se vive até chegar o dia em que o Direito Interno da Humanidade possa ser uma realidade, a diplomacia pela humanidade é uma possibilidade de avançar na defesa de todos os que mais estão a sofrer com a guerra, com a fome e com a crise de energia que já se faz sentir. A diplomacia de Amílcar Cabral e os seus ensinamentos são uma via; Cabral, como já foi visto, foi tão claro na sua mensagem, tão atual e tão pragmático que o conhecimento do muito que ele deixou é uma ferramenta que pode ser eficaz.

A terminar, uma frase que Amílcar Cabral dizia amiúde: "esperar o melhor, preparar para o pior".

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Fontes de Arquivo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Pide/DGS, NT-2677. Proc. SR 1975/50. Pasta 7

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Pide/DGS, NT-2677 SC SR Proc. 1975/50. Pasta 8

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Pide/DGS, NT-2677 SR Proc. 1915/50. Pasta 9

Cabral, A. (1962). "Combattants anonymes de la cause de l'ONU". *Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral*. Retrieved 6 de Maio de 2022, from http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39856 (2022-05-06)

Outras fontes

Carta das Nações Unidas. (s.d.). Retrieved 11 de Novembro de 2021, from https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/carta_das_nacoes_unidas.pdf

Castanheiro, J. P. (1 de Julho de 2020). Segredos de uma audiência. Quando o Papa recebeu as guerrilhas das antigas colónias portuguesas. *Expresso*. Retrieved 5 de Janeiro de 2022, from https://expresso.pt/arquivos-expresso/2020-07-01-Segredos-de-uma-audiencia.-Quando-o-Papa-recebeu-as-guerrilhas-das-antigas-colonias-portuguesas

Geral, ONU A. (14 de Dezembro de 1960). Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais. Retrieved 6 de Maio de 2022, from https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-indepcolonial

Gouveia, H. F. (05 de 11 de 2013). Quarenta anos após a morte de Amílcar Cabral o que resta do seu sonho africano? *DW Made for minds*. Retrieved 3 de Maio de 2022, from https://www.dw.com/pt-002/not%C3%ADcias/s-13918

McGrath, M. (12 de Dezembro de 2019). Greta Thunberg entra para a lista Forbes das Mulheres Mais Poderosas do Mundo 2019. *Forbes*. Retrieved 1 de Junho de 2022, from https://forbes.com.br/forbes-mulher/2019/12/greta-thunberg-entra-para-a-lista-forbes-das-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-2019/

Rossi, C. (2 de Novembro de 1997). Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza. *Folha de S. Paulo*. Retrieved 4 de Maio de 2022, from https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/02/caderno_especial/1.html

s.a. (20 de Maio de 1954). Estatuto dos Indigenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique - Decreto-Lei 39.666. Retrieved 25 de Novembro de 2020.

s.a. (s.d.). Amílcar Cabral - Último Discurso - Janeiro 1973. Retrieved 21 de Jnaeiro de 2022, from https://www.youtube.com/watch?v=N-HrnQEX4V8

s.a. (s.d.). Amílcar Cabral & Fidel Castro - Guiné Bissau 1966. Retrieved 21 de Janeiro de 2022, from https://www.youtube.com/watch?v=IbDAmOdpgmQ

The Delagoa Bay Review (s.d.). O pensamento de Salazar sobre as colónias portuguesas, Agosto 1963. Retrieved 20 de Janeiro de 2022, from https://delagoabayword.wordpress.com/category/historia/discurso-de-salazar-12-de-agosto-de-1963

Vaticano, Radio (s.d.). 1970 Pope Paul VI grants an audience to Amilcar Cabral, Agostinho Neto and Marcelino dos Santos. Retrieved 19 de Março de 2022, from https://www.youtube.com/watch?v=vVCTv8vHXc

Bibliografia

Abadia, D. M. (2016). A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a libertação na Guiné-Bissau em em Cabo Verde. *Revista Espaço Académico, 183*, pp. 113 - 125. Retrieved 23 de Setembro de 2022.

Abadia, D. M. (2018). As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974). Retrieved 23 de Setembro de 2022.

Albarello, L. M.-P.-G. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais.* Gradiva.

Cabral A.M.,F. E. (Org) (2018). *Itinerários de Amílcar Cabral.* Rosa de Porcelana.

Aurora Almada Santos, V. B. (2020). Introduction. Amílcar Cabral and the Idea of Anticolonial Revolution. *Lustopie, 19*, 9 - 35. https://doi.org/10.1163/17683084 -12341746

Bass, B. M. (1995). Theory of transformational leadership redux. *Leadership Quaterly, 6 (4)*, pp. 463 - 478. Retrieved 8 de Julho de 2022.

Bienen, H. (1977). The work of Amilcar Cabral. *The Jounal of Modern African Studies, 15 (4)*, 555 - 568. Retrieved 10 de Maio de 2022.

Bunker, R. J. (2007). Unconventional warfare philosophers. *Small Wars & Insurgencies, 10 (3)*, pp. 136 - 149. https://doi.org/10.1080/09592319908423253

Cabral, A. (2012). *Obras Escolhidas Amílcar Cabral - Unidade e Luta - A prática Revolucionária* (Vol. 2). Fundação Amílcar Cabral.

Cabral, A. (2012). *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral - Unidade e Luta - A prática Revolucionária* (Vol. 1). Fundação Amílcar Cabral.

Cabral, L. (1984). *Crónica da Libertação.* O Jornal.

Cann, J. P. (2022). Sangonhá: a PAIGC "liberated zone" gone awry, January 1969. *Defense & Security Analyses, 38 (2)*, 146 - 168. https://doi.org/10.1080/14751798.2022.2060475

Cardoso, C. (2002). A formação da élite política na Guiné-Bissau. *Centro de Estudis Africanos - Ocasional Papers*. Retrieved 26 de Setembro de 2022.

Chabal, P. (1981). The social and political thought of Amilcar Cabral: a reassessemnt. *The Journal of Modern African Studies, 19 (1)*, pp. 31 - 56. Retrieved 9 de Novembro de 2021.

Chabal, P. (2002). *A History of Postcolonial Lusophone Africa.* Londres: Hurst & Company.

Chabal, P. (2003). *Amílcar Cabral Revolutionary Leadership and People's War.* Londres: C. Hurst & Co (Publishers) Ltd.

Comitini, C. (1980). *Amílcar Cabral - A arma da Teoria.* Codecri.

Costas, C. M. (2006). On Homo - Diplomacy. *Space and Culture, 9*, pp. 351 - 364. https://doi.org/10.1177/1206331206290135

Coutinho, Â. B. (2017). *Os Dirigentes do PAIGC - da Fundação à Rutura 1956 - 1980 (Tese Doutoramento).* Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1155-6

Cruz, R. G. (2007). Abordagem carismática e transformacional: modelos conceptuais e contributos para o exercício da liderança. *Psicol USP, 18 (3)*, 143 - 161. Retrieved 25 de Abril de 2022.

Dhada, M. (1993). *Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free.* Niwot: University Press of Colorado.

Dhada, M. (s.d.). Cabral his thoughts and acts. *Claim no easy victories - The legacy of Amílcar Cabral - (Org), Firoze Manji and Bill Fletcher Jr*. Council for the Development of Social Research in Africa and Daraja Press.

Durão, G. d. (s.d.). O pan-africanismo de Amícar Cabral: questões e temas atuais. *XXIX de História Natual: Simpósio*, 1 - 11. Retrieved 23 de Setembro de 2022.

Fan, Y. (2008). Soft Power: Power of Attraction or Confusion? *Place Branding and Public Diplomacy, 4*(2), pp. 147 - 158. Retrieved 11 de Janeiro de 2022.

Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra.* Editora Civilização Brasileira.

Fanon, F. (2008). *Pele negra máscaras brancas.* Editora da Universidade Federal da Bahia.

Flacks, D. (2005). A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. *Revista crítica de ciências sociais, 72*, pp. 45 - 66. Retrieved 1 de Julho de 2022.

Fonseca,L., O. P. (Org) (2016). *Por Cabral,Sempre.* Fundação Amílcar Cabral.

Forjaz, M. C. (2020). Globalização e Crise do Estado Nacional. *Revista de Administração de Empresas, 40 (2)*, pp. 38 - 50. Retrieved 7 de Fevereiro de 2022.

Iiris Raltio-Marjosola, T. T. (2000). Charismatic leadership, manipulation and the complexity of organizational life. *Journal of Workplace Learning: Counseling Today, 12 (4)*, pp. 146 - 158. https://doi.org/10.1108/13665620010332750

Jessica E. Dinh, R. G. (2014). Leadership Theory and Reasearch in the new millenium: Current theoretical trends and changing perspectives. *The Leadership Quaterly, 25 (1)*, pp. 36 - 62. https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2013.11.005

João Paulo Madeira, B. C. (2018). A construção da democracia em Cabo Verde: do condicionalismo colonial português ao reconhecimento internacional. *Janus.net e-journal of International Relations, 9 (1)*, pp. 183 - 198. https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.02

José Carlos Ney Ferreira, V. S. (1957). *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - anotado.* Retrieved 5 de Outubro de 2022.

Julian Borba, G. R. (2021). Legitimidade democrátca e apoio político: inovações recentes no debate internacional. *Opinião Pública, 27 (2)*, pp. 333- 359. https://doi.org/10.1590/1807-01912021272333

Júnior, A. F. (Julho de 2017). O papel da diplomacia pública nas relações internacionais contemporâneas. *Associação Brasileira de Relacões Internacionais (Org)*. Retrieved 19 de Junho de 2022.

Kissinger, H. (2012). *On China.*

Lerbach, B. C. (2012). Liderança e movimentos sociais: Apontamentos sobre a importância da ação do líder. *Simbiótica, único (1)*, pp. 136 - 156. Retrieved 17 de Maio de 2022.

Lopes, C. (2006). Amilcar Cabral: a contemporary inspiration. *African Identities, 4 (1)*, pp. 1 - 5. Retrieved 9 de Novembro de 2021.

Lopes, C. (2019). *Africa in transformation - Economic development in the age of doubt.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.007/978 -3-030-11291-5

Lopes,C. (Org.) (2011). *Desafios Contemporâneos da África - O legado de Amílcar Cabral.* UNESP. Retrieved 22 de Dezembro de 2021.

Maalouf, A. (2009). *Um mundo sem regras.* (Difel, Ed.)

Magalhães, J. C. (s.d). *Manual Diplomático.* (M. d. Estrangeiros, Ed.)

Martins, D. (Maio - Outubro de 2018). Dos direitos humanos – em especial, os crimes contra a Humanidade. *JANUS.NET e-journal of International Relations, 9 (1)*, pp. 74 - 91. https://doi.org/https://doi.org/10.26619/1647

Meneses, M. P. (s.d.). O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais. *e-cadernos Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra*. Retrieved 14 de Outubro de 2022.

Newitt, M. (Janeiro - Junho de 2014). In Memoriam Patrick Chabal (1951 - 2014). *Caderno de Estudos Africanos, 27, 21 - 30 (ISCTE)*. (P. J. Havick, Entrevistador) Retrieved 17 de Janeiro de 2022.

Northhouse, P. G. (2016). *Leadership.* SAGE Publications.

Ntalaja, N. . (1984). Cabral and the Theory of National Liberation Struggle. (Spring, Ed.) *11 (2)*, pp. 43 - 54. Retrieved 9 de Novembro de 2021, from https://www.jstor.org/stable/2633520

Nye, J. S. (2008). Public Diplomacy and Soft Power. *ANNALS, 616*, pp. 94 - 109. https://doi.org/10.1177/0002716207311699

Nye, J. S. (2021). Soft Power: the origins and poitical progress of a concept. *The Journal of International Communication*, pp. 1 - 7. https://doi.org/10.1080/13216597.2021.2019893

Paredes, M. d. (2020). Aurora Almada e Santos, A organização das Nações Unidas e a questão colonial portuguesa. 1960-1974. *Lusotopie [Online], XIX(1), XIX (1)*, 122 - 125. Retrieved 4 de Fevereiro de 2022, from http://journals.openedition.org/lusotopie/4825

Pereira, J. A. (2020). A luta de libertação nacional nas ilhas de Cabo Verde na encruzilhada da(s) memória(s). *Lusotopie, XIX (1)*, 1 - 20. Retrieved 6 de Junho de 2022.

Platiau, A. F. (2008). Le diplomate et l'intrus: l'entrée des societés dans l'arène internationale. *Revista brasileira de política internacional, 51 (2)*. Retrieved 1 de Março de 2022.

Plischke, E. (1979). Diplomacy - Seach for its meaning. *Modern diplomacy: the art and the artisans*(American Enterprise Institute Studies in Foreign Diplomacy), pp. 27 - 34. Retrieved 5 de Fevereiro de 2022.

Porte, T. L. (1 - 4 de Abril de 2012). The legitimacy and effectiveness of non-state actors and the Public Diplomacy concept. *Public Diplomacy and Conceptual Issues, ISA Annual Convention*. Retrieved 21 de Março de 2022.

Pureza, J. M. (Dezembro de 2004). Ordem jurídica, desordem mundial. Um contributo para o estudo do Direito Internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 3 - 40. Retrieved 27 de Outubro de 2020.

Riordan, S. (2005). La nueva diplomacia. *Foreign Policy (edição espanhola), 7*, pp. 1 - 10. Retrieved 17 de Fevereiro de 2022.

Salazar, A. O. (s.d.). *Oliveira Salazar Discursos e Notas Políticas - 1928 a 1966.* Coimbra Editora.

Santos, A. A. (Junho de 2011). A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960. *Relações Internacionais - Os "ventos de mudança" e a descolonização*, 61 - 69. Retrieved 25 de Março de 2022.

Santos, A. A. (Fevereiro de 2014). A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961 - 1970 (Tese de Doutoramento). Lisboa.

Santos, A. A. (2018). Contextualização histórica - Roteiro do percurso diplomático de Amílcar Cabral ao serviço da frente externa do PAIGC em *Itinerários de Amílcar Cabral*, Ana Maria Cabral, Filinto Elisio Márcia Souto (Org)

Sell, C. (2017). Poder Instituído e Potência Subversiva: Max Weber e a dupla face da dominação carismática. *Revista brasileira de ciências sociais, 33 (98)*, pp. 1 - 16. https://doi.org/10.1590/339814/2018

Sell, C. E. (2011). Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária. *Revista Brasileira de Ciência Política, 5*, pp. 139 - 166. Retrieved 28 de Fevereiro de 2022.

Sellström, T. (2008). *A Suécia e as lutas de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.* Nordiska Afrikainstitutet.

Shaw, M. N. (2017). *International Law.* Cambridge. Retrieved 9 de Junho de 2022.

Silva, A. D. (1995). O litígio entre Portugal e a ONU (1960 - 1974). *Análise Social, XXX*, 5 - 50. Retrieved 6 de Novembro de 2021.

Silva, A. E. (2014). Guiné Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. *Caderno de Estudos Africanos (online)*. https://doi.org/10.4000/cea.1236

Solana, J. (2020). The case for "Human Diplomacy". *The Hague Journal of Diplomacy*, pp. 670 - 680. https://doi.org/10.1163/1871191X-bjAD1o0w0n4l8oaded

Sousa, H. T. (s.d.). *Ilheu de Contenda.* Europa-América.

Sousa, J. S. (2013). *Amílcar Cabral - Vida e morte de um revolucionário africano.* Spleen Edições.

Spolsky, B. (2017). Language policy in Portuguese colonies and successor states. *Current Issues in Language Planning, 19 (1)*, 62 - 97. https://doi.org/10.1080/14664208.2017.1316564

Straehle, E. (2016). Between Power and Rebellion: Rethinking Authority. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 33*, 273 - 285. https://doi.org/10.21747/21836892/fil33a17

Sucuma, A. (Setembro / Dezembro 2021). As narrativas e alternativas de análise sobre o contexto da luta de libertação em África: caso Amílcar Cabral. *Tempo & Argumento, 13 (34)*, 1 - 22. https://doi.org/10.5964/2175180313342021e0103

Tomás, A. (2007). *O fazedor de utopias - Uma biografia de Amílcar Cabral.* Tinta da China.

Varério, N. (s.d.). Cartas e Leis Orgânicas do Império Colonial Português. *Estudos de história colonial*. Retrieved 5 de Outubro de 2022.

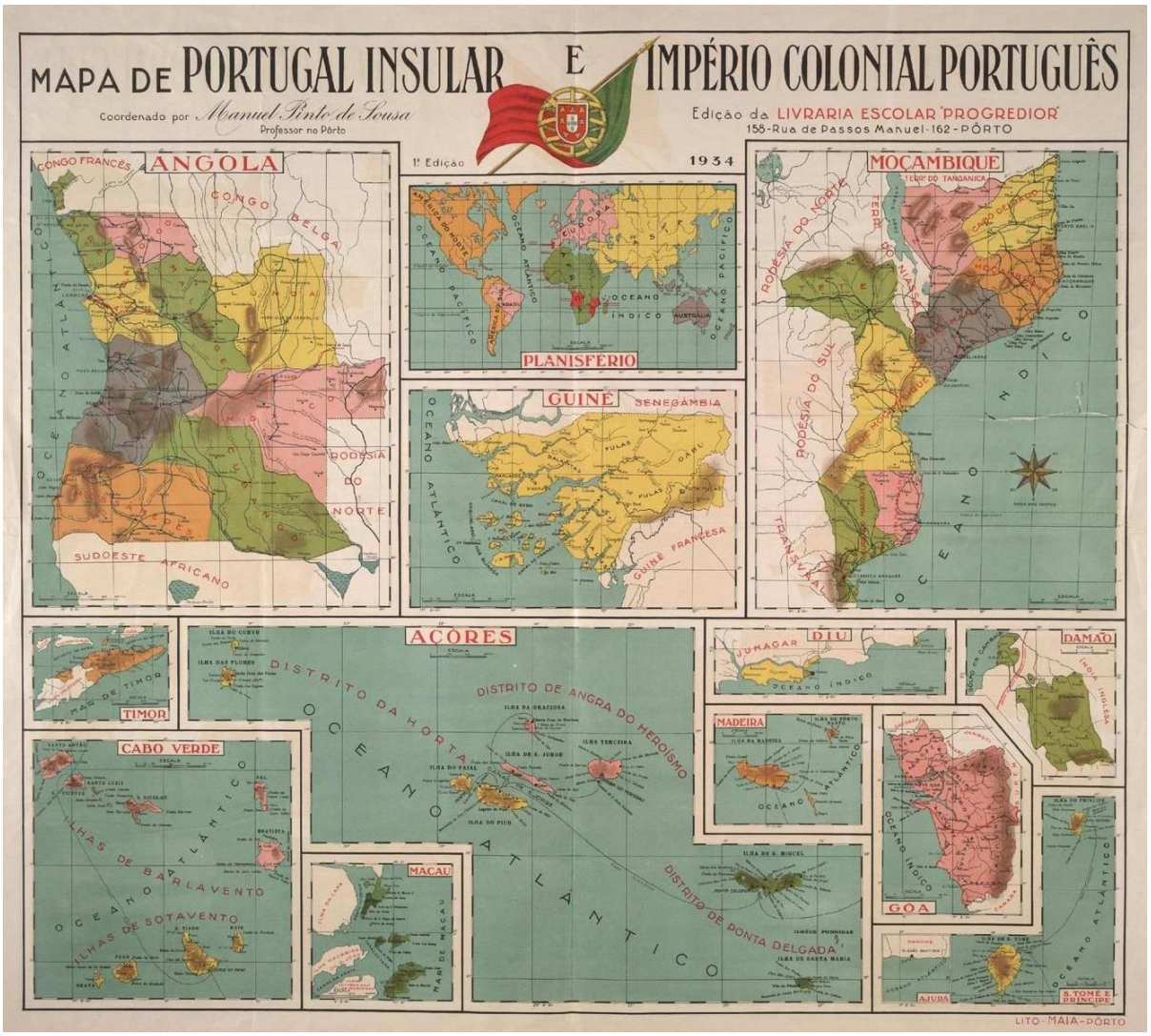
Vaticano, R. (s.d.). 1970 Pope Paul VI grants an audience to Amilcar Cabral, Agostinho Neto and Marcelino dos Santos. Retrieved 19 de Março de 2022, from https://www.youtube.com/watch?v=vVCTv8vHXc

Vizeu, P. A. (2015). Revisitando a perspectiva de James MacGregor Burns: qual é a ideia por trás do conceito de liderança transformacional? *Cadernos EBAFE, 13 (1)*, pp. 121 - 135. https://doi.org/10.1590/1679 - 395111016

Woollacott, J. (1983). A luta da libertação nacional na Guiné Bissau e a revolução em Portugal. *Análise Social, XIX (77 - 78 - 79)*, pp. 1131 - 1155. Retrieved 1 de Fevereiro de 2022.

Zaccaro, S. J. (2012). Individual differences in leadership. Contributions to a third tipping point. *The Leadership Quaterly, 23 (4)*, pp. 718 - 728. Retrieved 12 de Maio de 2022.

ANEXOS



ANEXO 1. FONTE HTTPS://NENOTAVAICONTA.WORDPRESS.COM/2015/08/14/MAPA-DE-PORTUGAL-INSULAR-E-IMPERIO-COLONIAL-PORTUGUES/

Destinos	Anos									
África	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	Total/ por país
Tunísia	2	1								3
RAU (Egipto)		2	1		1			1		5
Mali			2		1	1				4
Marrocos		1	2	1			1			5
Senegal	1	1	1	2	2		1			8
Gana			1							1
Mauritânia							1			1
Alto Volta (Burkina Fasso)				1		1				2
Nigéria									1	1
Etiópia				1						1
Tanzânia					1	1				2
Argélia					1				1	2
Congo Brazza-ville							1			1
Total/ano	3	5	7	5	6	3	4	1	2	36

Destinos	Anos									
Países Comunistas:	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	Total/ por país
Cuba							1	1		2
URSS	1	1	2			1			1	6
Checoslováquia	1	1					1	1		4
China	1									1
Jugoslávia		1	1					1	1	4
Albânia								1		1
Roménia								1		1
Hungria								1		1
RDA								1		1
Total/ano	3	3	3			1	2	7	2	21

Destinos	Anos									
Europa Ocidental e EUA	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	Total/ por país
Reino Unido	1					1				2
França				1	1	1			1	4
Suécia								1	1	2
EUA			1							1
Suíça									1	1
Holanda						1				1
Bélgica						1				1
Itália					1					1
Total/ano	1		1	1	2	4		1	3	13

ANEXO 2. FONTE JULIÃO SOARES SOUSA, “AMÍLCAR CABRAL VIDA E MORTE DE UM REVOLUCIONÁRIO AFRICANO”(2013), P. 466, 467

RESOLUÇÕES ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (entre 1960 e 1974)

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
1514 (XV)	14.Dezembro.1960	Declaração Ainticolonialista (Magna Carta da Descolonização)
1541 (XV) da	15.Dezembro.1960	Princípios que devem orientar os Estados ao determinarem se existe ou não as informações previstas no art. 73º e) da Carta das Nações Unidas
1542 (XV)	15.Dezembro.1960	Base legal da fundamentação da pressão (anticolonialista) da ONU sobre PT.
1603	20.Abril.1961	Insta Portugal a promover com urgência as reformas que visem o cumprimento do disposto na Magna Carta da Descolonização
1654 (XVI)	27. Novembro.1961	Cria o **Comité de Descolonização**
1699 (XVI)	19.Dezembro.1961	Instituiu o "Comité dos Sete", cujo objetivo maior era a recolha de informações para a Assembleia Geral poder determinar até que ponto PT respeitava as obrigações consagradas no capítulo XI da Carta das Nações Unidas.
1807 (XVII)	14.Dezembro.1962	Refere-se ao conjunto dos territórios administrados por Portugal, de forma mais dura do que nas Resoluções anteriores; pedia o reconehcimento dos povos dos territórios não autónomos à autodeterminação e independência e referia a Comissão de Descolonização
2105 (XX)	12.Dezembro.1965	Declara a legitimidade da luta que os povos sob dominação colonial travavam para o exercício do seu direito à autodeterminação
2107 (XX)	21.Dezembro.1965	Reafirma o direito das populações dos territórios africanos administrados por Portugal à liberdade e á independência e reconhece a legitimidade das suas lutas; pede aos Estados Membros para tomares medidas destinadas a isolar Portugal e fala na possibilidade da aplicação de sanções a este
2270	17.Novembro.1967	Condena a guerra colonial conduzida por Portugal e considera-a um crime contra a humanidade
2288	7.Dezembro.1967	Repeita a actividades, económicas e não só, consideradas um obstáculo à descolonização
2311	14.Dezembro.1967	Recomenda que organizações e instituições internacionais tomassem medidas de auxílio aos povos em luta sob o domínio português
2395 (XXIII)	29.Novembro.1968	A guerra colonial deixa de ser qualificada como um crime contra a humanidade
2507 (XXIV)	21.Novembro.1969	Reafirmava o direito à autodeterminação e independência, condenava a guerra colonial mas sem a qualificar como crime contra a humanidade
2707 (XXV)	14.Dezembro.1970	Pede a Portugal a não utilização de armas químicas e biológicas
2918 (XXVII)	14.Novembro.1972	Afirma que os movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e Moçambique são os representantes autenticos desses territórios
3061 (XXVIII)	2.Novembro.1973	Reconhecimento da independência da Guiné Bissau*
3067	16.Novembro.1973	Convite à Guiné Bissau (e não ao PAIGC) para participar na Terceira Conferência da ONU sobre o Direito ao Mar

*Na Resolução foi confirmada a afirmação do PAIGC de acordo com a qual existia uma ocupação ilegal do território da Guiné-Bissau por Portugal, assim como que Guiné-Bissau e Cabo Verde faziam parte do mesmo território (eram um só país).

RESOLUÇÕES CONSELHO DE SEGURANÇA (entre 1960 e 1974)

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
S/4835	9.Junho.1961	Insta Portugal a resolver a situação de Angola, nos termos da Carta das Nações Unidas
S/5380	31.Julho.1963	Rejeita o conceito português de "provincías ultramarinas" e exortava os restantes Estados-Membros a não facilitarem a ação militar portuguesas nas referidas províncias.
S/322	22.Novembro.1970	Reconhecimento pelo CS da legitimidade das lutas pata concretizar o direito á autodeterminação e independência; reconhecimento indireto dos movimentos de libertação; apela ao governo de Portugal para negociar com as partes em questão em Angola, Guiné e Moçambique
S/312	4.Fevereiro.1972	Autoriza o **envio de uma missão da ONU** às zonas libertadas da Guiné Bissau

ANEXO 3. FONTE PRÓPRIA